



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO
À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E
ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

A escola como locus de construção do Direito à Cidade

Carina de Santana Alves, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Prof.^a. Dra. Elisamara Emiliano Oliveira, Tutora

Prof. Me. João Maurício Santana Ramos, Cotutor

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de Especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
Novembro de 2016

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Carina de Santana Alves, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Prof.^a Dra. Elisamara Emiliano Oliveira (Tutora)

Prof. Me. João Maurício Santana Ramos (Cotutor)

Colaboração:

Projeto Faz Mais Garcia

Prof. Edmilson Teixeira

Prof.^a. Juvenilda Carvalho

Escola Municipal Hildete Lomanto

Centro Educacional Edgard Santos

Prof.^a. Dra. Ângela Maria Gordilho Souza - PPGAU

Apoio:

Projeto Faz Mais Garcia

Instituto Cultural Beneficente Steve Biko

Ampag - Associação dos Moradores do Primeiro Arco do Garcia

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 16 de novembro de 2016

Local: Residência AU+E/UFBA – Faculdade de Arquitetura/UFBA

Residente: Carina de Santana Alves, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Título: A escola como locus de construção do Direito à Cidade

Membros da Banca:

Tutora: Prof.^a Dra. Elisamara Emiliano Oliveira

Cotutor: Prof. Me. João Maurício Santana Ramos

Membro Interno: Dra. Ângela Maria Gordilho Souza

Membro Externo: Prof. Especialista João Pereira de Almeida

Representantes da Comunidade:

Juvenilda Carvalho, professora aposentada moradora do bairro do Garcia

Cristiane Passos Paula, professora moradora do bairro do Garcia

Maria Auxiliadora, professora aposentada moradora do bairro do Garcia

Representantes institucionais:

Lucinete Santos Nascimento – Diretora do Centro Educacional Edgard Santos

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado do processo de assistência técnica, atividade de campo da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA, curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. A Residência tem como propósito a capacitação de profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharia e áreas afins para prestar assessoria técnica a comunidades populares para a construção participativa de projetos de interesse social. A proposta a seguir apresentada, tem como objetivo a articulação da educação com o direito à cidade, onde o território do bairro seja compreendido com um espaço de aprendizagem, como elemento pedagógico, contribuindo para a discussão sobre as problemáticas do bairro e as possibilidades de resolução, exercitando o direito à cidade. As atividades de assistência técnica foram realizadas no Centro Educacional Edgard Santos, no bairro do Garcia na cidade de Salvador-BA com a orientação dos professores tutores da Residência AU+E/UFBA, com o apoio do Projeto Faz+ e do Instituto Cultural Steve Biko.

Dedico este trabalho a Joanita Abdala de Santana Filha, minha mãe e a Lourival Ribeiro Alves, meu pai pelo amor e apoio incondicionais e por terem me proporcionado buscar e realizar meus sonhos. À Deus e a minha família, minha base: o amor que me inunda e sustenta.

Agradeço a todos os professores pelos conhecimentos compartilhados, pelo incentivo e carinho, por nos encorajarem a seguir em frente, acreditando no ideal de uma cidade mais justa que sustenta a proposta da Residência AU+E. Aos colegas de turma por dividirem as angústias e multiplicarem as alegrias e conquistas.

Agradeço especialmente aos moradores do bairro do Garcia por terem nos recebido e acolhido em seu território, em sua casa. Com enorme carinho, agradeço a Professora Lucinete Nascimento e ao Professor João Pereira por terem aberto as portas do Centro Educacional Edgard Santos para a nossa proposta, pela compreensão, pelo apoio e pelo afeto que cultivamos ao longo desses meses de trabalho.

Ao Projeto Faz+ e ao Instituto Cultural Steve Biko pela articulação com a comunidade e apoio à proposta. Pela oportunidade de participar de um projeto em construção baseado no trabalho coletivo, na construção de uma sociedade mais justa, na organização horizontal e descentralizada, que busca o exercício e ampliação da cidadania.

A minha tutora, Elisamara Emiliano, pela orientação carinhosa e dedicada, apesar das demandas do doutorado. Nossas conversas de orientação eram para mim um bálsamo em meio às angústias e dúvidas do processo de assistência técnica. Muito obrigada por

todos os ensinamentos, pelo exemplo de Assistente Social que se tornou para mim, e pelas lições de vida que me proporcionou.

Ao meu cotutor, professor João Maurício, pela orientação tão atenciosa e dedicada, apesar das diversas demandas e do pouco tempo, em alguns momentos. Muito obrigada!

RESUMO

A proposta apresentada nesse trabalho é resultado da assistência técnica em habitação e direito à cidade, desenvolvida no ano de 2016, como atuação prática que constitui o curso de especialização em assistência técnica para habitação e direito à cidade – Residência AU+E/UFBA em sua segunda turma. O bairro do Garcia, através do Projeto Faz+, foi apresentado como uma demanda de atuação de um grupo de residentes. Trata-se de um bairro antigo e consolidado, localizado no centro da capital baiana. Assim, as principais demandas apresentadas dizem respeito à falta de espaços disponíveis para atividades de lazer, esporte e cultura; a falta de condições de acessibilidade e má qualidade das vias e calçadas e o distanciamento entre a escola e a comunidade e a precariedade das condições de ensino na principal escola pública do bairro. A proposta de intervenção objetiva estimular a apropriação do território do bairro como espaço de aprendizagem pelos estudantes, incentivando os jovens a se apropriarem das problemáticas do bairro e proporem soluções visando à construção de um vínculo de identidade com o território e a comunidade para o exercício do direito à cidade. A metodologia tem como princípio fundamental a participação comunitária, tendo como principais atividades previstas, visitas de campo orientadas, entrevistas, consulta a dados secundários e rodas de conversa e avaliação processual.

Palavras-chave: Garcia, direito à cidade, participação, comunidade, educação.

ABSTRACT

The proposal presented in this work is the result of technical assistance in housing and right to the city, developed in the year 2016, as practical action which constitutes the course of specialization in technical assistance to housing and the right to the City-Residence AU + and/UFBA in its second class. Garcia's neighborhood, through the project Makes +, was presented as a demand for performance of a group of residents. It is an ancient and consolidated district, located in the Centre of the capital. Thus, the main demands presented relate to the lack of available spaces for leisure, sport and culture; the lack of accessibility conditions and poor quality of the roads and sidewalks and the distance between the school and the community and the precariousness of the conditions in the main public school district. The proposed intervention aims to encourage ownership of the territory of the district as a learning space for students, encouraging young people to appropriate of neighborhood problems and propose solutions aimed at building a bond of identity with the

territory and the community for the exercise of the right to the city. The methodology has as a fundamental principle the Community contribution, having as main activities, targeted field visits, interviews, secondary data query and wheels of conversation and procedural review.

Keywords: Garcia, right to the city, participation, community, education

LISTA DE SIGLAS

AMAG	Associação de Moradores e Amigos do Garcia
AMPAG	Associação de Moradores do Primeiro Arco do Garcia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
PPGAU	Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
RAU+E	Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
NAEP	Núcleo de Apoio à Estruturação do Projeto
GAT	Grupo de Apoio Temático

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação da área a ser trabalhada de acordo com o Atlas de desenvolvimento Humano	12
Figura 2 – 1ª Reunião para apresentação e validação dos resultados.....	15
Figura 3 – Conceito da Equipe	17
Figura 4 – Dinâmica Caixinha de Surpresas	18
Figura 5 – Construção dos mapas em grupos	19
Figura 6 – Avaliação da atividade	20
Figura 7 – Ilustração Dinâmica Cama de gato	22
Figura 8 – Construção de mapas em grupos	26
Figura 9 – Mapa síntese dos biomapas produzidos pelos estudantes.....	28
Figura 10 – Cine Debate Ocupação das escolas de São Paulo.....	34
Figura 11 – Dinâmica Corrida na Floresta.....	35
Figura 12 – Roda de Conversa Feminismo Negro.....	36
Figura 13 – Dinâmica das bexigas.....	37
Figura 14 – Intervenção cultural As Rosas da Democracia.....	38
Figura 15 – Gráfico: Avaliação do Conteúdo.....	39
Figura 16 – Gráfico: Avaliação do Debate.....	39
Figura 17 – Gráfico: Avaliação da Metodologia.....	40

SUMÁRIO

1. ÁREA, COMUNIDADE E TERMO DE COOPERAÇÃO.....	11
1.1. Nome do bairro e localidade:	11
1.2. Informações das Associações Parceiras:	11
1.3. Endereço completo e contatos das Associações:.....	11
1.4. Dados dos representantes legais e lideranças para contato:.....	11
2. BREVE HISTÓRICO, DESCRIÇÃO DA ÁREA E PROBLEMÁTICA LOCAL.....	12
2.1. Aproximação com a comunidade.	14
2.2. Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos	16
3. PESQUISAS, OFICINAS, METODOLOGIAS DEFINIDAS NA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	16
3.1. Conceito do grupo	16
3.2. Meios e processos adotados para a elaboração da proposta coletiva do grupo com a comunidade.....	17
3.3. Conhecendo o bairro a partir do olhar dos moradores	18
3.4. Oficinas Específicas	21
3.4.1. Oficina 01 – Conhecer para transformar	21
3.4.2. Oficina 02 – Onde eu estou?.....	25
3.4.3. O olhar dos professores	27
3.5. Os resultados obtidos para a definição da proposta.....	29
3.6. Projetos de referência e indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva	32
3.7. Ações-piloto	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento.	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B	53
APÊNDICE C	55
APÊNDICE D	56

1. ÁREA, COMUNIDADE E TERMO DE COOPERAÇÃO.

1.1. Nome do bairro e localidade:

Garcia, Salvador - Bahia.

1.2. Informações das Associações Parceiras:

Projeto Faz Mais Garcia

Instituto Cultural Beneficente Steve Biko - Educação profissional de nível tecnológico

CNPJ: 01.451.334/0001-44

Associação de Moradores do Primeiro Arco do Garcia - AMPAG - Associação Privada

CNPJ: 05.622.625/0001-09

1.3. Endereço completo e contatos das Associações:

Instituto Cultural Beneficente Steve Biko - Rua do Paço, 4 - Pelourinho, Salvador - BA, CEP 40301-400 Telefone: (71) 3241-8708

Associação de Moradores do Primeiro Arco do Garcia - R Gomes Brandão, 4, Fazenda Garcia, Salvador - BA, CEP 40.100-150

1.4. Dados dos representantes legais e lideranças para contato:

Prof. Edmilson Costa Teixeira - Idealizador do Projeto Faz Mais

Lázaro Raimundo dos Passos Cunha – Diretor de Projetos Especiais e de Comunicação do Instituto Cultural Steve Biko

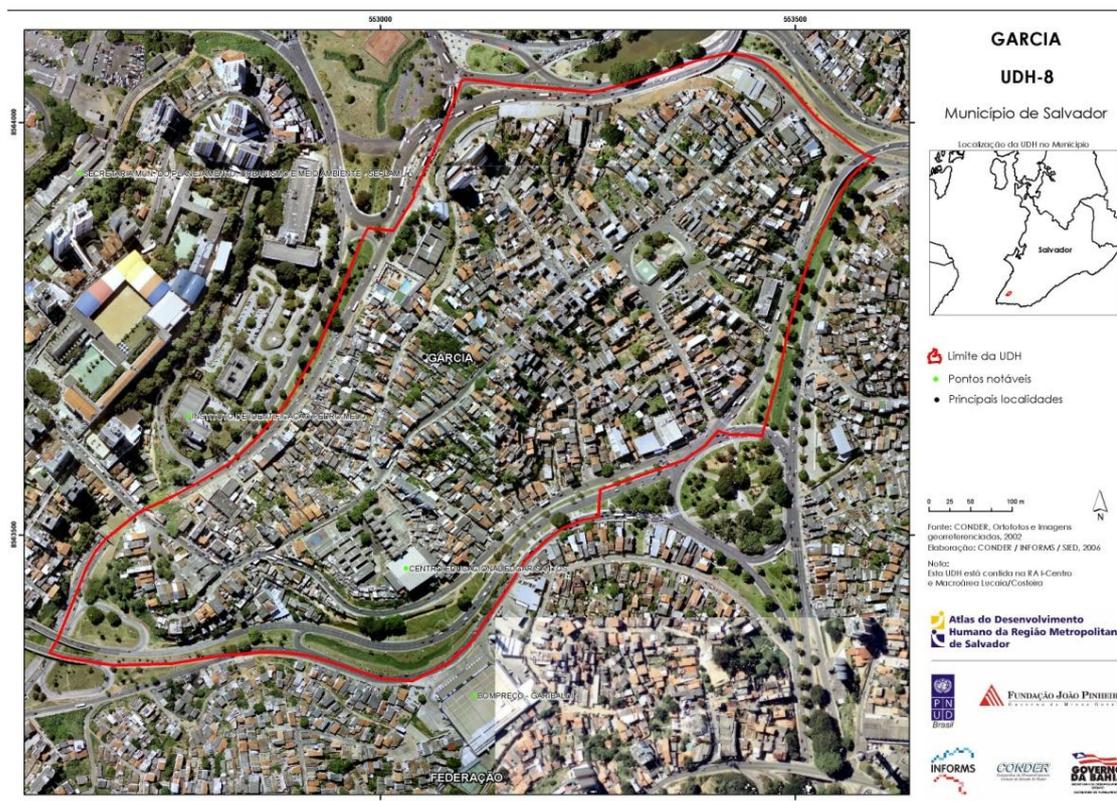
José Paulino - Representante da AMPAG

2. BREVE HISTÓRICO, DESCRIÇÃO DA ÁREA E PROBLEMÁTICA LOCAL.

Com área de 0,37 km², localizado na área central de Salvador, região administrativa I – Centro (IBGE, 2000), o bairro do Garcia é espacialmente formado por um morro margeado por importantes avenidas – Av. Vasco da Gama ao norte, Av. Anita Garibaldi ao leste, Av. Centenário no oeste e ao sul Av. Reitor Miguel Calmon (Figura 1). Possui em torno de 15 mil habitantes (IBGE, 2010). Ainda de acordo com dados do IBGE do ano 2000, o Garcia possui uma considerável desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini (0,55). No que se refere às condições de habitação, de forma geral, o bairro possui condições razoáveis de cobertura de água encanada, luz elétrica e coleta de lixo.

Bairro com grande diversidade/desigualdade socioeconômica, o Garcia possui duas grandes e distintas porções: a porção classificada pelos próprios moradores como “Nobre”, onde reside a população de classe média, trecho ao longo da Avenida Leovigildo Filgueiras, e a porção onde residem as classes mais populares, trecho que se desenvolve ao longo da Rua Prediliano Pitta.

Figura 1 – Delimitação da área a ser trabalhada de acordo com o Atlas de desenvolvimento Humano



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2010.

Originado em fins do século XVI, após a constituição da Fazenda Garcia D'Ávila pertencente ao Conde Garcia D'Ávila, o local funcionava como estoque de escravos, enquanto estes não eram vendidos a outros senhores. Com o fim da escravidão, as terras passaram a pertencer ao Mosteiro de São Bento, depois, ao Coronel Duarte da Costa e, por fim, à família Catharino.

O bairro se desenvolveu a partir do arrendamento das terras, após a falência da União Fabril (de propriedade da família Catharino), o que lhe garantiu uma organização regular, diferente das “invasões”. Ao longo dos anos, com o processo de expansão urbana da cidade, segundo Gordilho-Souza (2008), o bairro foi sendo “reconfigurado” com a chegada de uma população pertencente às classes mais altas, vinda das antigas residências do saturado centro antigo e proprietários rurais recém-chegados na cidade, o que responde pela desigualdade de renda que caracteriza o bairro atualmente, como já foi mencionado.

Por conta da forma como foi realizada a divisão do solo no local, é praticamente impossível encontrar grandes espaços vazios disponíveis para intervenção. O arrendamento, iniciado quando a área ainda era uma fazenda, ainda interfere na vida de muitos moradores, que têm que pagar o foro e são donos apenas das benfeitorias – construções – e não dos lotes. Outra característica importante do bairro diz respeito à presença de uma ocupação popular no centro urbano da cidade e à “convivência” de duas classes distintas num mesmo espaço com formas “sutis” (não menos perversas) de segregação socioespacial. No que tange a esse aspecto, Gordilho-Souza (2008, p. 403) sintetiza:

Nesse sentido, as diferentes espacialidades identificadas na cidade demonstram a condição de periferia associada a pobreza e informalidade, o que não significa, necessariamente, estarem essas áreas sempre afastadas do núcleo urbano. De fato, as ocupações formais e informais são predominantemente localizadas em determinadas zonas de concentração na cidade, mas também entrelaçam-se em outras situações, delineando uma certa fragmentação na distribuição espacial dos dois tipos de ocupação. Salienta-se que, nesses casos, em que a segregação aparece mais diluída, numa visão em menor escala, delineia-se uma outra condição de separação das classes de rendimento no espaço, marcada por limites físicos mais próximos, constituídos nos condomínios fechados, grades e muros entre territórios de pobreza e de riqueza, ainda que justapostos (GORDILHO-SOUZA, 2008, P. 403).

O bairro Fazenda Garcia tem valor histórico para a cidade de Salvador dado o fato de ser uma das ocupações mais antigas de grande importância cultural. Nota-se que o Garcia possui particularidades decorrentes da sua formação, mas também possui características comuns a diversos bairros de uma grande cidade como Salvador. Problemas referentes à qualidade da oferta de serviços públicos como coleta de lixo, educação, saúde,

transporte, lazer, entre outros, são questões enfrentadas diariamente por moradores de diversos bairros da cidade, especialmente os bairros habitados por uma população negra e pobre, que não dispõem de possibilidades alternativas aos serviços públicos ineficientes.

2.1. Aproximação com a comunidade.

A inserção do grupo de residentes no projeto: Carina Alves (Assistente Social); Émillie Lima (Arquiteta e Urbanista) e Rami Valente (Arquiteta e Urbanista) deu-se a partir da articulação com o Projeto Faz+ por intermédio do professor Luiz Moraes (professor da RAU+E). O Projeto Faz+ é um projeto de mobilização social e comunitária que objetiva o desenvolvimento socioeconômico/ambiental do bairro, buscando inverter a lógica da relação entre Estado e sociedade pela via das políticas públicas marcada por relações verticais, hierarquizadas (“de cima pra baixo”), colocando a comunidade como protagonista nesse processo, propondo soluções para os problemas do bairro.

Tendo o Projeto Faz+ como um articulador entre o grupo e a comunidade, as residentes iniciaram o processo de aproximação com a comunidade através da participação em reuniões com representação comunitária. A organização do projeto se dá através do Núcleo de Apoio à Estruturação do Projeto (NAEP) e Grupos de Apoio Temáticos (GAT's) divididos em: Grupo de Apoio Temático de Educação e Atividades Socioculturais (GAT Educação), Grupo de Apoio Temático da Saúde e Saneamento (GAT Saúde), Grupo de Apoio Temático de Infraestrutura (GAT Infraestrutura) e Grupo de Apoio Temático de Desenvolvimento Econômico e Valorização da vida que ainda não foi constituído de fato.

Figura 2 – 1ª Reunião para apresentação e validação dos resultados



Fonte: Acervo Próprio, Dez. 2015.

Os GAT's foram constituídos a partir do levantamento de demandas feito pelo Projeto, através da aplicação de um questionário, numa amostra aleatória selecionada, levando em consideração 16 localidades mapeadas no bairro com o auxílio dos moradores. O resultado desse levantamento foi apresentado à comunidade (Figura 2) e validado por ela, antes de dar início à constituição dos grupos de estruturação do projeto.

Nesse sentido, as residentes se incorporaram aos grupos temáticos, levando em consideração a afinidade com o tema e a competência/formação profissional para lidar com ele e poder formular propostas que contemplem as demandas apresentadas pela comunidade. Émillie, Arquiteta e Urbanista, alinhou-se ao grupo de educação buscando compreender melhor a demanda apresentada referente à edificação onde funcionava a Escola Nossa Senhora de Fátima (atualmente desativada), no final de linha do bairro e qual a proposta da comunidade para a utilização daquele espaço como espaço público comunitário. Rami, Arquiteta e Urbanista, alinhou-se ao grupo de infraestrutura atuando na construção de um diagnóstico acerca da questão da microacessibilidade no bairro e, posteriormente, a seleção de um trecho para a construção participativa de um projeto de

espaço público. Carina, Assistente Social, alinhou-se ao grupo de educação buscando compreender melhor a demanda apresentada pela escola pública de referência no bairro – o Centro Educacional Edgard Santos, no que diz respeito à evasão escolar e ao distanciamento da comunidade onde está inserida.

2.2. Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos

O projeto Faz+ conta com a participação de diversos atores sociais além da população do bairro. Tais como: o Instituto Steve Biko – instituição de educação e combate ao racismo – a Universidade Federal do Espírito Santo, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e a RAU+E.

Além das instituições, também estão participando do projeto Faz+ o Centro Educacional Edgard Santos – instituição da rede estadual de educação, a Associação dos Moradores do Primeiro Arco - Comunidade Gomes Brandão - Ampag, a Igreja Nossa Senhora de Lourdes e a Unidade de Saúde da Família Úrsula Catharino.

3. PESQUISAS, OFICINAS, METODOLOGIAS DEFINIDAS NA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

3.1. Conceito do grupo

A partir da proposta do Faz+ de desenvolver um projeto participativo, no qual a comunidade se aproprie da realidade do bairro, reconheça os problemas e proponha as possibilidades de solução construídas coletivamente. O projeto busca inverter a lógica predominante na relação entre o Estado e a população por intermédio das políticas públicas, marcada por relações verticais, hierarquizadas, onde a população não exerce seu papel de protagonismo.

O projeto Faz+ propõe a atuação a partir de parcerias e grupos temáticos estratégicos reconhecendo - os como **“peças”** vão sendo encaixadas como num **“quebra-cabeça”** num processo, (Figura 3), na direção da construção de uma cultura política alternativa. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram coletadas informações através de diferentes metodologias, porém sempre respeitando a premissa crucial para a RAU+E e o Projeto Faz+ que é a participação popular.

Figura 3 – Conceito da Equipe



Fonte: Acervo próprio, Janeiro 2016.

3.2. Meios e processos adotados para a elaboração da proposta coletiva do grupo com a comunidade

Inicialmente, a participação das residentes se deu como ouvintes em reuniões do Projeto Faz+, identificando as demandas, os atores sociais envolvidos, as relações e possíveis conflitos. Esse processo inicial foi fundamental para definição dos focos individuais de trabalho.

Posteriormente foram realizadas reuniões e oficinas com focos específicos de cada trabalho individual, onde os moradores foram mobilizados, pelas residentes como o apoio do Faz+, a participarem. Foram realizadas oficinas e atividades dentro das escolas públicas do bairro, buscando trabalhar com adolescentes e jovens, especialmente devido à demanda apresentada acerca dos problemas enfrentados pela educação pública e a falta de diálogo entre a escola e a comunidade.

3.3. Conhecendo o bairro a partir do olhar dos moradores

Para compreender a percepção dos moradores acerca do bairro, bem como os desejos e sonhos para o bairro, realizou-se uma oficina com alguns moradores, notadamente lideranças dentro do bairro, com o objetivo de montar uma “linha do tempo”: passado, presente e futuro do bairro, resgatando a história de constituição do bairro a partir das memórias dos participantes, reconhecendo a realidade atual e as principais demandas da comunidade e por fim apresentando quais os sonhos/desejos para o futuro. A oficina foi realizada em 16/04/16 e contou com 17 participantes.

A atividade foi iniciada com a apresentação dos objetivos dos trabalhos da Residência na perspectiva de construção de um diagnóstico do bairro. A maioria dos participantes já conhecia o grupo de residentes e o objetivo da Residência devido à inserção anterior em outras atividades e reuniões da comunidade.

A dinâmica de descontração adotada foi a “Caixinha de Surpresas” (Figura 4): uma caixa com diversos papéis com atividades a serem realizados, brindes e questões sobre o bairro. Cada participante deveria tirar um papel da caixa e executar a atividade solicitada ou responder à pergunta, se apresentar, entregar a caixa a outro participante dizendo o motivo pelo qual estava o escolhendo, o participante seguinte repetiria os mesmos passos até que todos participassem. As atividades solicitadas e os brindes geraram um clima de descontração e relaxamento entre os participantes.

Figura 4 – Dinâmica Caixinha de Surpresas



Fonte: Acervo equipe RAUE Garcia, 2016.

A inserção de questões relativas ao bairro entre os papéis da caixinha contribuiu para introduzir a temática do momento seguinte, onde os participantes foram estimulados a falar um pouco sobre o que sabiam a respeito da história do bairro e das memórias em relação a ele.

Em relação à história do bairro, existe entre os moradores o conhecimento comum de que o bairro teve origem numa grande fazenda. Eles destacaram como memória do bairro as características de cidade do interior, a tranquilidade, as relações de vizinhança, o acolhimento e respeito entre os moradores. Lembraram ainda das ruas de barro, sem calçamento e o episódio marcante para os moradores da inauguração do calçamento da Ladeira do Garcia. Destacaram o aspecto cultural forte no bairro, representado pelo Bloco “Mudança do Garcia” e as figuras artísticas oriundas do bairro, como Riachão e Nelson Rufino.

No momento seguinte foi solicitado que os participantes se dividissem em três subgrupos para a construção de “biomapas” do bairro (Figura 5). Foram disponibilizados aos grupos mapas do bairro para que fossem registradas as impressões de cada um acerca do contexto atual do bairro, vivências, sensações, experiências, demandas, etc., bem como sonhos e desejos para o futuro. O trabalho foi realizado com o apoio de lápis de cor, canetas coloridas, post its, desenhos, símbolos através do uso da criatividade de cada um. Os subgrupos tiveram cerca de 40 min. para realizar a atividade e ao final apresentaram o mapa produzido aos demais participantes.

Figura 5 – Construção dos mapas em grupos



Construção de
biomapas em
subgrupos

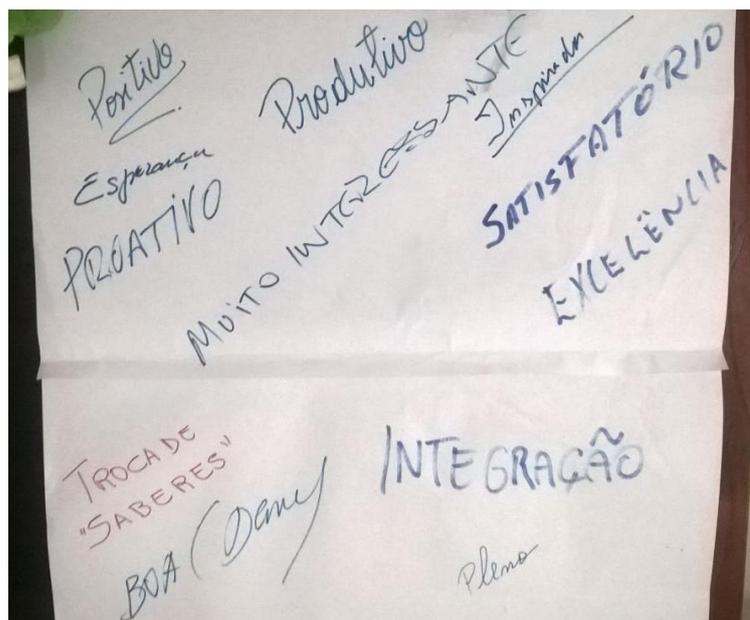
Fonte: Acervo equipe RAUE Garcia, 2016.

No que diz respeito à situação atual do bairro, os moradores destacaram (Apêndice A): problemas de mobilidade, carros estacionados nas calçadas e na rua, transporte público insuficiente, insegurança, má qualidade de calçadas e acúmulo de lixo ao longo a via principal do bairro (Rua Prediliano Pita), em relação às ruas transversais destacaram as calçadas e escadarias precárias, problemas relativos a violência e barulho especialmente no final de linha do bairro. Em relação à educação os moradores apontaram falta de estrutura, a baixa estima da comunidade escolar em relação a principal escola pública do bairro (Centro Educacional Edgard Santos). Falta de iluminação, insegurança, falta de espaços de esporte e lazer também foram apontados.

Sobre os desejos para o futuro do bairro os moradores apontaram: Valorização da educação, estímulo aos jovens, meio de transporte alternativo – mobilidade (adequado à dimensão das ruas), pontos de ônibus, centros culturais (biblioteca pública), creche pública, construção de um centro poliesportivo na Praça Lorde Crochrane (Av. Garibaldi), coleta seletiva, melhoria das condições de trabalho no posto de saúde, Economia Solidária Produtiva. Em relação ao Centro Educacional Edgard Santos: incentivo à ciência, tecnologia e inovação; formação para universidades e mercado de trabalho; cultura, arte e esporte.

No final da oficina foi solicitado que os participantes avaliassem a atividade escrevendo numa folha em branco fixada na parede, uma palavra que representasse o significado da atividade realizada, Figura 6.

Figura 6 – Avaliação da atividade



Fonte: Acervo Equipe RAUE Garcia, 2016.

3.4. Oficinas Específicas

As oficinas de diagnóstico rápido participativo foram planejadas com o objetivo de conhecer o contexto escolar e da relação com a comunidade a partir da percepção dos estudantes, como subsídio essencial para a construção da proposta de projeto social a ser entregue à comunidade como produto final da Residência. Nesse sentido foram propostas duas oficinas, quais sejam: “Conhecer para transformar” – com o objetivo compreender o entendimento dos estudantes acerca do contexto escolar e da relação escola-comunidade; e “Onde eu estou?” – com o objetivo conhecer a compreensão dos estudantes acerca do território onde estão inseridos. As oficinas ocorreram em quatro turmas, duas do turno noturno e duas do matutino, com estudantes a partir de 14 anos de idade e tiveram duração média de uma hora e meia cada uma. Ao todo, participaram das oficinas cerca de 80 estudantes.

O diagnóstico rápido participativo (DRP), de acordo com Freitas (2012) é um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade, onde o processo de obtenção das informações é feito de modo a envolver pessoas que vivem a situação diagnosticada, para que construam os dados e informações que vão compor a análise. Pode ser aplicado em situações de escassez de recursos e pouco tempo disponível para realizar o diagnóstico. “O DRP é um processo que ajuda a construção coletiva de conhecimentos e habilidades. Torna-se ambiente de aprendizado, pois possibilita considerar visões, ideias, leituras e análises de todos os interessados (...)” (FREITAS, 2012, p. 72).

3.4.1. Oficina 01 – Conhecer para transformar

Essa oficina teve como objetivo compreender o entendimento dos estudantes acerca do contexto escolar e da relação escola-comunidade. A oficina ocorreu em quatro turmas, duas do noturno e duas do matutino, com estudantes a partir de 14 anos de idade e teve duração média de uma hora e meia. Ocorreu nos dias 12 e 18/04 (duas turmas por dia) e participaram da oficina 67 estudantes.

A atividade foi introduzida pela apresentação da equipe e do contexto em que a atividade de diagnóstico participativo estava inserida, a proposta da Residência e a parceria com o Projeto Faz+. Em seguida realizou-se uma dinâmica de apresentação chamada “Cama de gato” onde, estando os participantes em círculo, foi solicitado a cada um deles que dissesse o nome e o que poderia oferecer ao grupo e passasse (jogasse) o novelo de lã para outro participante, que deveria dizer o nome e o que pretendia oferecer ao grupo e

assim seguiu até o último participante. Ao final foi formada uma “cama de gato”, uma analogia a uma teia de relações, onde todos os participantes são fundamentais para que ela não se “desfaça”. A dinâmica foi escolhida por possibilitar a reflexão da importância da construção coletiva, da contribuição fundamental de cada um no processo. Esse foi um momento de descontração e reflexão para o passo seguinte da oficina (Figura 7).

Em duas das turmas não foi possível realizar a dinâmica de apresentação “cama de gato” devido ao tamanho reduzido da sala, a quantidade maior de alunos e a disposição das mesas e cadeiras, o que dificultaria a realização da dinâmica e demandaria mais tempo. Optou-se por realizar uma apresentação simples com nome e uma qualidade/característica oferecida por cada um como contribuição ao grupo para a realização da atividade.

Figura 7 – Ilustração Dinâmica Cama de gato



Fonte: <http://www.escolasapereira.com.br/pagina/1154/> , Acesso em out. 2016.

A técnica utilizada na oficina para levantamento de dados do DRP foi uma adaptação da Matriz de SWOT, também conhecida como matriz FOFA. Que consiste em,

(...) um instrumento de análise que poderá ser associado a uma oficina de planejamento ou workshop para possibilitar a avaliação, reflexão, capacitação, ou mesmo consultoria. Aplicada aos mais diversos contextos organizacionais, a sigla representa o acrônimo em inglês das palavras: forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) (MATOS, 2010, p. 6)

Assim os estudantes foram provocados a reconhecer em relação ao contexto interno as forças e fraquezas do ambiente escolar, em todos os aspectos (infraestrutura, ensino, atividades propostas, professores, etc.) e em relação ao contexto externo (bairro, comunidade, até questões macro referentes a políticas públicas, governo, etc.) quais são as

ameaças e oportunidades, possibilitando uma reflexão crítica acerca do contexto no qual estão inseridos, processo muitas vezes inviabilizado pelo cotidiano. Dessa forma, os estudantes tiveram a possibilidade de pensar coletivamente sobre sua realidade, sendo implicados no processo (co-responsabilizados). Os principais pontos destacados pelos estudantes estão apresentados nas tabelas abaixo:

Ambiente Interno	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Merenda • Biblioteca • Alguns professores • Facilidade para aprovação • Ensino • Colegas • Futuro • Futebol • Alunos presentes • Vontade de concluir os estudos • Proximidade de casa • Boa relação entre alunos e professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns professores • Falta de conteúdo de alguns professores • Comportamento de alguns alunos • Banheiros precários • Bebedouros ruins • Salas sem ventilação • Despreparo de professores • Alagamentos • Limpeza • Falta de atividades lúdicas/esportivas • Monotonia das aulas • Falta de materiais para professores • Ensino fraco • Alguns professores que não dão aula • A escola não envolve o aluno • Estrutura precária • Falta de utilização de espaços existentes (biblioteca, sala de vídeo, etc.) • “A escola é oca” • Professores desmotivados • Falta de espaços de lazer

Ambiente Externo	
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de respeito • Violência • Greve • Falta de pagamento de funcionários • Desinteresse da comunidade na escola • Falta de verbas do governo • Falta de segurança • “O colégio é a última opção dos moradores do bairro” • Falta de participação da família • Falta de investimento • Discriminação em relação aos alunos de escolas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Convívio com a comunidade • Programas do governo (PROUNI, ENEM, etc.) • Oportunidades de estágio

Os estudantes divergiram em alguns pontos, alguns considerando como força, outros como fraqueza, como por exemplo, os professores, os colegas e o ensino. Percebeu-se também algumas diferenças na percepção da relação com o ambiente externo e questões relativas à política educacional e ao governo relacionada ao nível de maturidade dos estudantes. As turmas do noturno, em geral alunos com mais idade, apresentaram uma discussão mais madura, reconhecendo a falta de prioridade dada à educação pública pelos governos, a falta de investimento. É importante destacar que os alunos consideraram uma oportunidade a possibilidade do convívio com a comunidade, o que demonstra a necessidade de resgate desse vínculo que vem sendo perdido – sendo destacado como uma ameaça, algo negativo.

Ao final da atividade foram entregues aos estudantes uma folha de papel ofício e foi solicitado que eles registrassem qual a avaliação da atividade realizada, quais as impressões, pontos positivos e negativos. Todos os estudantes avaliaram positivamente a atividade, destacando-a como uma oportunidade de refletirem sobre a realidade na qual estão inseridos, momento em que foram ouvidos, o que em geral não ocorre. Abaixo estão destacadas algumas avaliações:

“Achei muito interessante a dinâmica de hoje sobre o que achamos da escola em si e em todos os sentidos. Espero que isso sirva como um incentivo para os órgãos cabíveis acharem uma melhoria para a mesma”.

“Muito bom!!!”

“Eu gostei muito da aula de hoje porque elas deram atenção e ouviram o que nós tínhamos pra falar porque nunca ninguém veio se interessar para saber o que se passa, saber o que tá acontecendo, muito obrigada pela atenção”.

“Eu gostei bastante, foi bom colocar uma luz sobre os problemas da escola e dos alunos. Talvez agora algumas coisas mudem e as coisas comecem a melhorar”.

“Eu gostei bastante desse encontro, pois fez refletir, pensar qual nosso papel na escola e no nosso bairro onde moramos, e o que devemos fazer para melhorar a condição de vida, de convívio. E que queremos que o governo faça sua parte para que nós possamos fazer a nossa. É isso, gostei muito desse encontro”.

“Eu achei interessante para que os alunos possam se abrir e conversar o que nós achamos das condições que vemos da escola e debater para que possamos achar as possibilidades de resolver as situações”.

3.4.2. Oficina 02 – Onde eu estou?

A oficina 02 teve como objetivo conhecer a compreensão dos estudantes do Edgard Santos acerca do território onde estão inseridos. Foi realizada com as mesmas turmas que participaram da oficina 01, ocorreram nos dias 06, 09 e 19/05.

A atividade foi introduzida por uma breve dinâmica de apresentação, devido ao fato da turma já ter participado da oficina anterior. Foi solicitado que os participantes falassem seu nome e onde moram. Verificou-se que todos os alunos residem no bairro ou no entorno imediato (Garibaldi, Federação, Alto das Pombas, Calabar, Centenário, Vasco da Gama, Dique do Tororó).

Foi utilizada a técnica “biomapa”, os estudantes foram estimulados a registrarem no mapa do bairro, que foi disponibilizado, com alguns pontos de referências, seus sentimentos, percepções, vivências, experiências em relação àquele território, utilizando cores, desenhos, “post its”, palavras-chave, etc. As turmas foram divididas em subgrupos para o trabalho com os mapas e ao final apresentaram para toda a turma (Figura 8).

Figura 8 – Construção de mapas em grupos



Fonte: Acervo Equipe RAUE Garcia, 2016.

Em uma das turmas do noturno, um subgrupo recusou-se a apresentar o mapa produzido. Outra dificuldade encontrada foi o fato das turmas do noturno estarem esvaziadas – com a presença de 7/15 alunos de um total de 30/40 por turma – e a falta de interesse de alguns alunos em participar, permaneceram na sala, no entanto realizando outras atividades. Percebeu-se ainda certa dificuldade no entendimento da atividade proposta, no geral apenas identificaram locais onde mais gostam de estar, a rua onde moram e destacaram os principais problemas: falta de iluminação em algumas ruas, violência e sensação de insegurança. Como espaço de lazer e esporte foram destacados os espaços da Praça Marquês de Olinda, a Avenida Centenário e a quadra de esportes do Centro Educacional Edgard Santos.

Um dos subgrupos estabeleceu alguns critérios: perigoso, calmo, criminalidade, pacífico e registraram em cores diferentes os pontos correspondentes no mapa de acordo com a percepção e vivências dos componentes do grupo. Consideraram ainda aspectos relativos ao trânsito: congestionamento, falta de sinalização e travessia complicada para pedestres. Percebeu-se a ênfase dada aos aspectos negativos em relação ao bairro e ao entorno. Outro subgrupo, no entanto, destacou pontos agradáveis de estar, relativos ao lazer e esporte – a Praça Marquês de Olinda, a praça da Garibaldi, e o Centro Educacional Edgard Santos.

Ao final das apresentações foi solicitado que os estudantes falassem qual a avaliação da atividade, quais as impressões, se foi positiva e porquê. Todos avaliaram positivamente a atividade, considerando interessante o trabalho com mapas – que não faz parte do cotidiano das atividades escolares – o trabalho em equipe na construção dos “biomapas”. Ressaltaram ainda a possibilidade de interação com os colegas, o reconhecimento das ruas, de suas casas, de pontos de referência e de poder identificar no mapa os problemas do bairro.

Para finalizar a atividade foi feita uma reflexão sobre a importância dos estudantes reconhecerem o território vivido onde estão inseridos, para a construção de um vínculo de pertencimento e a possibilidade de buscarem e construírem coletivamente alternativas de transformação da realidade. A expressão “território vivido” está sendo aqui utilizada na perspectiva de território trabalhada por Santos (2014, p. 82), que nos diz:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar em territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2014, p. 82).

3.4.3. O olhar dos professores

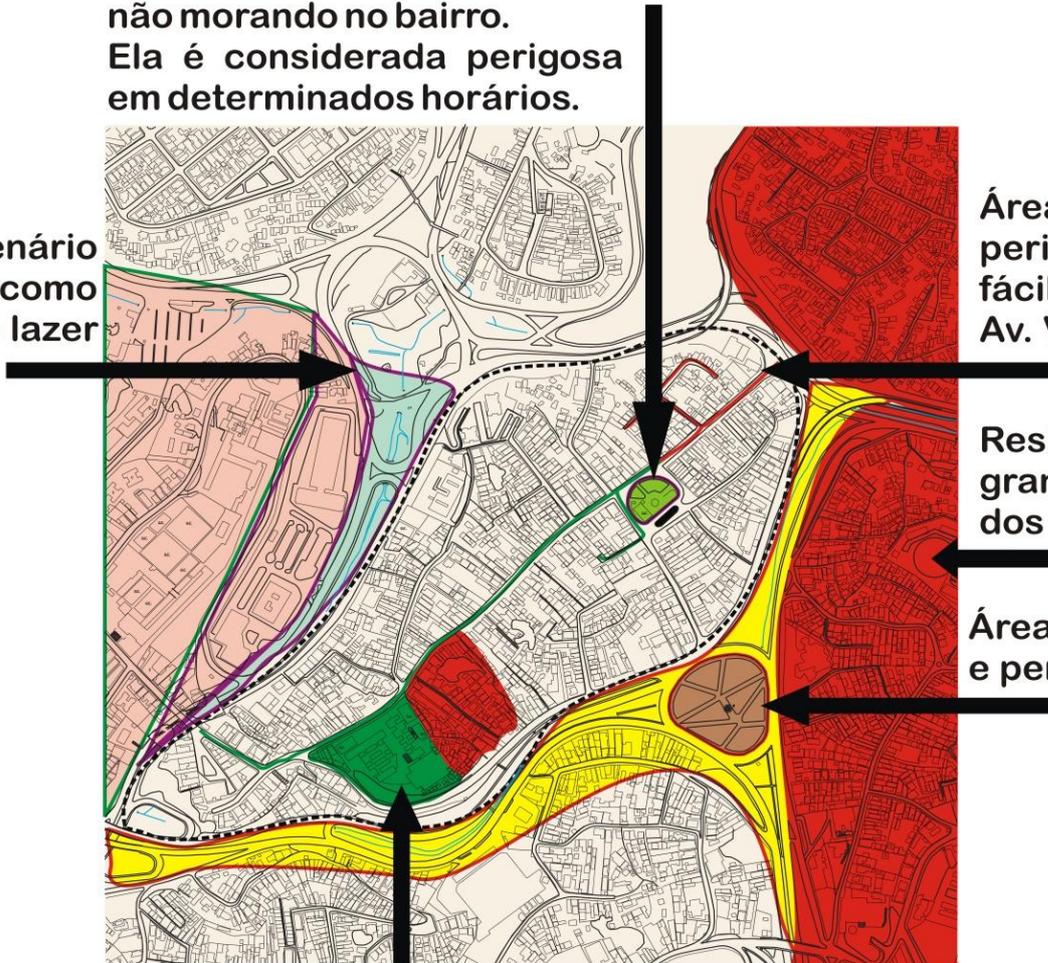
A aplicação do questionário com os professores da instituição teve como objetivo conhecer a compreensão dos docentes em relação a abordagem de conteúdos relativos à realidade local e a relação entre a escola e a comunidade. Dezesseis professores responderam ao questionário (Apêndice B) que constava de oito questões fechadas. Todos os professores consideraram inexistente ou insatisfatória a abordagem de conteúdos relativos a realidade local (comunidade e entorno) na escola.

As opiniões divergiram bastante quando o questionamento foi se a escola propõe atividades para a participação da comunidade. Seis dos dezesseis professores consideraram que a escola raramente propõe, quatro consideraram que a escola não propõe, três deles entendem que a escola propõe esporadicamente atividades para a participação da comunidade e três consideraram que a escola propõe frequentemente.

Figura 9 – Mapa síntese dos biomapas produzidos pelos estudantes

A praça é citada como área de lazer pelos alunos, mesmo não morando no bairro. Ela é considerada perigosa em determinados horários.

Av. Centenário indicada como opção de lazer



Área considerada perigosa devido ao fácil acesso à Av. Vasco da Gama

Residência de grande parte dos alunos

Área sub-utilizada e perigosa.

As escolas são indicadas como espaços satisfatórios sem elevado nível de violência

LEGENDA

--- Garcia

SEGURANÇA

- Área Segura
- Área Insegura
- Área Intermediária

INFRA-ESTRUTURA

- Falta de Iluminação
- Pouca Sinalização
- Equipamento Insuficiente
- Equipamento Satisfatório
- Área Abandonada

Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

Todos os professores que responderam ao questionário entendem que a participação da comunidade nas atividades propostas pela escola é inexistente ou insatisfatória. Em relação ao nível de satisfação dos estudantes em relação à escola, dez professores entendem que os estudantes estão insatisfeitos e seis consideram que os estudantes estão satisfeitos. Da mesma forma eles consideraram seu grau de satisfação em relação à escola.

Em relação à infraestrutura da instituição (equipamentos, laboratório, biblioteca, espaços para atividade física), 87,5% dos professores que responderam ao questionário considerou regular e 12,5% consideram ruim a situação da infraestrutura da instituição.

Sobre a violência dentro da escola a maioria dos professores considera pouco frequente. Nove dos dezesseis professores consideram que o bairro é violento e que essa violência influencia o ambiente escolar. Quatro entendem que o bairro não é violento e dois entendem que o bairro é violento, mas essa violência não influencia no ambiente escolar.

3.5. Os resultados obtidos para a definição da proposta

Os resultados das oficinas demonstraram que a escola vive um momento crítico de crise, que reflete a crise da educação pública, e as questões apontadas como as mais preocupantes são a evasão escolar, o distanciamento e falta de diálogo e participação da comunidade, além de problemas financeiros e de gestão e diretamente ligados ao projeto de sucateamento do sistema educacional público em voga, alinhado à política neoliberal de enxugamento do Estado em relação às suas responsabilidades sociais.

A questão da educação pública é o grande “calo” do nosso país há décadas. Segundo reportagem do Uol (14/03/2013), de acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) do ano de 2012 o Brasil tem a terceira maior taxa de evasão escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com taxa de 24,3%.

Em relação aos anos de estudo o relatório mostra que, de acordo com dados do ano de 2000, a média de anos de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, enquanto são esperados 14,2 anos. Na Bahia, o índice de abandono no ensino fundamental no ano de 2013 foi de 4,4%, índice que vem declinando desde 2004. No ensino médio no estado a taxa de abandono no ano de 2013 foi de 8,6% e também vem declinando nos últimos anos.

No Centro Educacional Edgard Santos, a evasão escolar também é questão preocupante. Segundo dados da instituição, no ano de 2014 houve abandono escolar de 214, já em 2015 foram 165 alunos, apesar de ter decrescido de um ano para o outro o

número ainda é preocupante. Algumas questões apontadas pelos alunos na oficina 01 podem explicar os motivos desse abandono. A escola tem sido pouco atrativa para os jovens, a falta de propostas que se aproximem e dialoguem com o contexto dos jovens – cultura, esporte, lazer, tecnologias, é um elemento que tem favorecida a perda do interesse pela escola.

Além disso, o ambiente escolar reproduz contradições presentes na teia de relações sociais, especialmente questões de ordem socioeconômica considerando a realidade da escola pública no país, que estão na raiz do problema da evasão escolar e da violência nas escolas.

De acordo com Martins (2007), o processo de redemocratização mudou o perfil do aluno/família da escola pública, agora caracterizado por segmentos da classe social mais empobrecida, com necessidades concretas de sobrevivência relativas à alimentação, habitação, saúde, transporte, além dos problemas relativos às drogas e à violência, da precariedade que caracteriza as condições de vida desse segmento da população e “a perda do atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica” (MARTINS, 2007, p.190).

A dificuldade de vislumbrar possibilidades/oportunidades na relação entre a escola e o ambiente externo pode ser reflexo da falta de perspectiva de futuro dos jovens estudantes, da dificuldade em enxergar a educação como elemento propulsor na objetivação de um planejamento de vida que muitas vezes inexistente entre esses jovens.

O “isolamento” da escola em relação ao território que ocupa e à comunidade também constitui o rol de problemas enfrentados pela escola pública e pela comunidade escolar. “A falta da participação da comunidade na escola”, “a escola é a última opção dos moradores do bairro”, entre outros pontos destacados pelos estudantes reflete o distanciamento entre a escola e a comunidade, pior ainda – reflete o desinteresse e o olhar pejorativo da comunidade em relação à escola, de acordo com a percepção dos alunos.

De acordo com Giroto (2010) as escolas têm se constituído enquanto espaços de exclusão no que se refere ao contexto interno da definição de ações pedagógicas de forma autoritária sem participação e externamente na falta de diálogo com a comunidade que muitas vezes é vista como um problema. Assim, “De lugar de luta e construção coletiva, de apropriação do espaço, a escola se torna sinônimo de proibição” (GIROTO, 2006, p. 9).

Questões que dizem respeito à infraestrutura precária da instituição – alagamentos, estrutura precária, falta de espaços de lazer/esporte, banheiros precários, bebedouros ruins, salas sem ventilação, etc. – que também foram destacadas pelos alunos historicamente caracterizam a escola pública no Brasil. Campos (1989), ao retratar a luta dos trabalhadores pela escola na região industrial em Minas Gerais, mesmo referindo-se à década de 70/80 e

a outra realidade, traz elementos importantes sobre a ausência do Estado no cumprimento de seu dever constitucional em garantir o direito à educação. Nesse sentido, o autor destaca que a exclusão da classe trabalhadora e de seus filhos se dá sob duas formas: pelo não-acesso e pela não-permanência: “Além dos obstáculos determinados pelas condições coletivas de vida da classe trabalhadora para terem acesso à educação escolar, a situação física das escolas coloca uma série de dificuldades que, no contexto, constituem importantes mecanismos de exclusão”. (CAMPOS, 1989, p. 64)

Criar espaços de discussão e debate com os estudantes sobre sua realidade e os problemas que enfrentam todos os dias é fundamental na construção de uma consciência crítica e primeiro passo para o exercício da cidadania, incentivando-os a tomarem o protagonismo de suas histórias.

A vida dos cidadãos comuns se transfigura em um cotidiano de sofrimentos – obrigações, deveres, luta pela sobrevivência para suprir carências de várias ordens, exclusão e sofrimento para grandes contingentes. Poucos têm a possibilidade de ter contato com ‘territórios civilizatórios’, onde haja a circulação de ideias, livre manifestação de opiniões, acesso a informação, debates, etc. Esses territórios geram possibilidades libertadoras, (...). São lócus de desenvolvimento da cidadania ativa. A cidadania ativa requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo (GOHN, 2010, p. 57).

Assim, as oficinas propostas realizadas com os estudantes, além de constituírem elemento fundamental da construção de uma proposta de projeto social – produto do processo de assistência técnica, adotando a importância de reconhecer a contexto institucional; os cidadãos envolvidos, suas características; e inserção social, para então propor intervenções possíveis – constituem também espaços de reflexão – “lócus de desenvolvimento da cidadania” - dos jovens estudantes sobre a realidade na qual estão inseridos, rompendo com as “amarras” do cotidiano, da monotonia das aulas, do individualismo, das relações mediadas por redes sociais virtuais, de pouco diálogo.

Na avaliação das oficinas, os estudantes reconheceram a importância de espaços como esses, de debater sobre a situação da escola pública e os problemas pelos quais passam todos os dias, pela possibilidade de trabalharem em equipe, de construir juntos, coletivamente (a oficina com mapas). Atividades como essas não trazem rebatimentos concretos diretos na vida desses jovens e suas famílias, no entanto contribuem para mudar as formas de pensar, deixam “sementes” para que os jovens exercitem a capacidade de refletirem criticamente sobre os problemas que enfrentam.

Conforme destaca Gohn (2010, p. 85),

A participação sociopolítica e comunitária a partir de projetos construídos coletivamente, e que levam a uma intervenção social (...) contribui para a transformação da realidade do público atendido (...). Os projetos que fomentam a participação cidadã dos jovens contribuem para o resgate da auto-estima, mas podem ir muito além, delineando projetos e trajetórias de vida.

É esse o escopo do projeto proposto no contexto Residência Profissional na qual as oficinas realizadas com os jovens estão inseridas. Construir coletivamente, junto com as comunidades envolvidas, possibilidades de construção/materialização do direito à cidade na direção da construção de uma nova ordem societária, livre de qualquer tipo de exploração/opressão, a partir da apropriação do território, da sua construção e reconstrução.

3.6. Projetos de referência e indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva.

Algumas experiências exitosas podem ser utilizadas como referência na elaboração do projeto. Como a experiência da Escola Estadual Márcia Meccia no bairro da Mata Escura em Salvador que para enfrentar o alto índice de violência dentro da escola, iniciou a implementação de uma série de atividades, com o objetivo de estabelecer com a comunidade e os estudantes um pacto para a promoção da paz, dentre as quais um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a promoção de palestras (consequências do uso e abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis; consequências da gravidez precoce), abertura da escola aos finais de semana, além de organização de grupos de teatro, capoeira, coral e dança organizados pelos próprios alunos.

A promoção de tais atividades, bem como a construção do diálogo entre escola, alunos, professores e comunidade contribuiu para a redução da violência e o aumento do interesse dos alunos pela escola. O projeto teve início em 1999 e atualmente as atividades passaram a integrar a grade curricular da escola, segundo o relatório produzido pela UNESCO, Escolas Inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas, do ano de 2003.

Outra experiência interessante é a Cidade do Saber, no município de Camaçari, “um complexo integrado de educação, cultura, esporte e lazer, considerada uma referência no país como centro de educação não formal e inclusão social ao mesmo tempo em que vem se consolidando como o mais importante equipamento público dentro de Camaçari” (de acordo com sítio eletrônico da instituição). Administrada pelo Instituto Raimundo Pinheiro, a Cidade do Saber oferece diversas atividades de natureza pedagógica através de cursos e oficinas, atividades culturais, de esporte e lazer e atividades de promoção da saúde, todas gratuitas. Tendo como missão “Democratizar o acesso a bens culturais, esportivos e educacionais, garantindo a excelência na construção da cidadania”, o programa é uma importante referência para a proposta apresentada.

A prefeitura municipal de Salvador lançou em julho de 2015 um programa chamado Agentes da Educação com o objetivo de reduzir a taxa de evasão escolar nas escolas municipais, que é de 3,5% de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação. Contando com a parceria da Fundação Itaú Social, da ONG Parque Social e do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, o programa foi inspirado num projeto-piloto chamado Coordenadores de Pais e funciona da seguinte maneira: serão selecionados estudantes de pedagogia que serão agentes da educação nas escolas municipais, o agente deve morar próximo à comunidade onde vai atuar, visando garantir uma melhor relação entre a escola e as famílias, bem como deve “promover, planejar e executar ações, em toda a escola, que estimulem a aproximação e engajamento entre família, comunidade e unidades de ensino” (Santos, 2015, p.1). Apesar de não ser possível mensurar os resultados do referido programa, ele se apresenta, em sua concepção, como uma referência também interessante para reduzir a evasão escolar.

Outra experiência de referência no que se refere à formação cidadã e a valorização da identidade negra é a da Escola Estadual Narciso da Silva Cesar, município de Camaçari, um projeto chamado Brincando conhecemos a África. A experiência é relatada no sítio eletrônico do Centro de Referências em Educação Integral, que conta que uma professora que lecionava para o terceiro ano do ensino fundamental na escola observou que as crianças tinham brincadeiras preconceituosas e racistas entre elas e resolveu abordar o tema utilizando a linguagem das crianças através de brincadeiras, dando-as a oportunidade de conhecer a cultura dos países africanos e valorizar suas representações.

A proposta do movimento Cidades Educadoras – movimento que teve início em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Barcelona, na Espanha, onde um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios, compreendendo a educação como um elemento norteador das políticas da cidade – é também uma iniciativa importante como referência para o presente projeto.

A concepção de Cidade Educadora remete ao entendimento da cidade como território educativo. Nele, seus diferentes espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade oferece. (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL)

3.7. Ações-piloto

Algumas ações foram desenvolvidas com o objetivo de criar, no contexto escolar formal, espaços de discussão, debate e reflexão acerca de temáticas contemporâneas, conjuntura política e cidadania, buscando, nos termos de Gohn (2011), uma articulação

entre educação formal e não formal: “a escola da liberdade e criatividade” – uma escola social e culturalmente heterogênea “definida por um forte elo de pertencimento, de sentimento de ‘nós’”.

As ações foram pensadas e construídas coletivamente com a comunidade escolar e ocorreram durante a semana do 1º Grande Evento Faz+ Garcia, evento organizado pelo Projeto Faz+, comunidade do Garcia e instituições parceiras com o objetivo de publicizar as ações do projeto e mobilizar a comunidade em geral, de 15 a 21 de agosto de 2016. As ações foram desenvolvidas considerando quatro eixos principais: educação, saúde, infraestrutura e empreendedorismo.

Assim, no eixo educação, as ações foram: Cine debate “Ocupação das escolas de São Paulo”; Roda de Conversa sobre “Feminismo Negro” e Roda de Conversa sobre “Participação Política” e aconteceram no Centro Educacional Edgar Santos.

O *Cine Debate – Ocupação das escolas de São Paulo* (Figura 10) teve como objetivo refletir sobre a conjuntura política atual e a importância do protagonismo político dos jovens estudantes das escolas públicas de São Paulo nas ocupações por melhorias nas escolas, estimulando os estudantes a perceberem as semelhanças entre a realidade vivida pelos estudantes em São Paulo e a realidade que eles vivenciam numa escola pública na cidade de Salvador e a relação da precariedade das escolas públicas com a forma como está estruturada a sociedade.

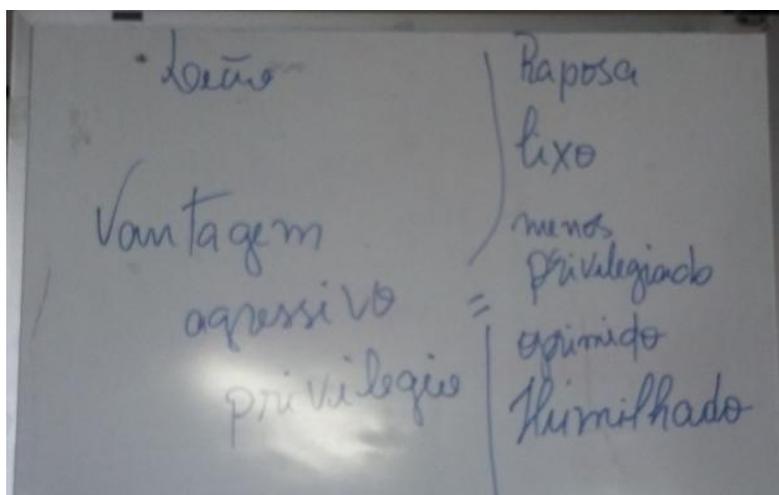
Figura 10 – Cine Debate Ocupação das escolas de São Paulo



Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

A atividade teve início com a dinâmica “Corrida na Floresta”, com o objetivo de propiciar uma reflexão sobre a forma desigual que se estrutura a sociedade de classes de forma lúdica. A dinâmica ocorreu da seguinte forma: Em um saquinho foram colocados papéis dobrados com as palavras rato e raposa – de acordo com o número de participantes, e apenas quatro com a palavra leão. Sobre uma mesa foram colocadas balas e bombons sortidos. Cada participante retirou um papel do saquinho, leu para si mesmo e aguardou novas instruções. Foi solicitado aos participantes que sortearam a palavra leão ir à mesa e se servir à vontade, aos que pegaram a palavra raposa foi solicitado que se servissem dos doces, no entanto só teriam cinco segundos (contado pelo facilitador), aos que pegarem a palavra rato restou apenas as sobras para dividirem entre si. Ao final da dinâmica foram feitos alguns questionamentos (Figura 11): Como o leão se sentiu? Como os demais animais se sentiram? Se há doces para todos, porque alguns comem mais e melhor do que maioria? Dessa forma, os estudantes foram motivados a refletir sobre como a sociedade está estruturada na desigualdade e de que forma essa desigualdade está refletida na condição da educação pública, não apenas em São Paulo, mas em todo o país.

Figura 11 – Dinâmica Corrida na Floresta



Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

Em seguida foi exibido o documentário “Acabou o amor, isto aqui vai virar o Chile: Escolas Ocupadas em São Paulo”, do cineasta Carlos Pronzato, seguido do debate onde os estudantes destacaram, a partir dos seus pontos de vista, os aspectos mais importantes abordados no documentário, dentre os quais destacaram: a violência policial sofrida pelos estudantes; a força que o movimento alcançou; o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação às escolas; o aprendizado proporcionado pela mobilização e

organização do movimento estudantil secundarista; o processo de organização descentralizado, sem lideranças definidas.

A *Roda de Conversa sobre Feminismo Negro* (Figura 12) teve como objetivo refletir sobre a sociedade patriarcal e o machismo nas relações cotidianas, relações de opressão baseadas em padrões de gênero e a construção do Feminismo/Feminismo Negro e a luta por igualdade.

Figura 12 – Roda de Conversa Feminismo Negro



Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

A atividade foi iniciada com uma dinâmica de reflexão crítica sobre o machismo: foram distribuídos através de sorteio papéis com frases consideradas inofensivas que geralmente escutamos/pronunciamos em nosso dia a dia, que naturalizam e reforçam o preconceito, foi solicitado que cada participante abrisse o papel sorteado, e pronunciasse a frase em voz alta e expressando sua opinião sobre o conteúdo lido, assim o debate seguiu a partir da reflexão sobre situações presenciadas no cotidiano dos participantes.

A roda de conversa sobre Participação Política teve como objetivo de refletir a importância do engajamento político dos estudantes na luta por melhorias para a educação pública, discutir temas como: grêmios estudantis, controle social das políticas públicas, conselhos de direitos, conjuntura política atual, democracia, etc.

A atividade foi iniciada com uma dinâmica chamada “dinâmica das bexigas”(Figura 13), com o objetivo de mostrar que não é tão difícil resolvermos problemas quando estamos juntos. A dinâmica seguiu a seguinte metodologia: os participantes foram convidados a se posicionarem em círculo e pegar, cada um, uma bexiga cheia. Cada bexiga representa os problemas que enfrentamos no dia a dia (transporte, saúde, educação, etc.). Foi solicitado que cada participante jogasse a bexiga para cima usando diversas partes do corpo sem deixa-la cair no chão, todos deveriam cooperar para que o objetivo fosse alcançado: as bexigas deveriam ficar no ar, sem cair no chão. Aos poucos foi solicitado que alguns participantes deixassem o círculo e sentarem e os que continuaram no círculo não poderiam deixar as bexigas caírem. Assim ficou cada vez mais difícil manter as bexigas no ar, até que somente um participante ficou tentando manter as bexigas no ar, sem êxito. Ao final o último participante foi questionário sobre o que sentiu ao se perceber sozinho tentando manter as bexigas no ar: cada um estoura sua bexiga e ler a palavra escrita. (palavras como: solidariedade, cooperação, união, compromisso, apoio, etc.).

Figura 13 – Dinâmica das bexigas



Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

Na sequência foi iniciada a abordagem do tema através de exposição dialogada com auxílio de exposição de slides versando sobre as formas de participação política, o controle social das políticas públicas, instâncias de participação da sociedade civil e a importância dos movimentos sociais na conquista de direitos de cidadania. Em seguida houve uma intervenção cultural (Figura 15) do grupo “As Rosas da Democracia” que integra o coletivo “Comitê Poético contra o Golpe”, que aborda a conjuntura política atual de forma

lúdica e criativa trazendo para os participantes uma outra perspectiva acerca do processo de impeachment em contraposição ao que vem sendo veiculado pela grande mídia.

Para encerrar a atividade foi solicitado que os participantes expressassem em uma palavra um sentimento em relação à atividade: solidariedade, reflexão, consciência, parceria, perseverança, evolução, conhecimento, mudança, sabedoria, atitude, determinação, contribuição, força, referência, motivação, união, diversidade, coletividade.

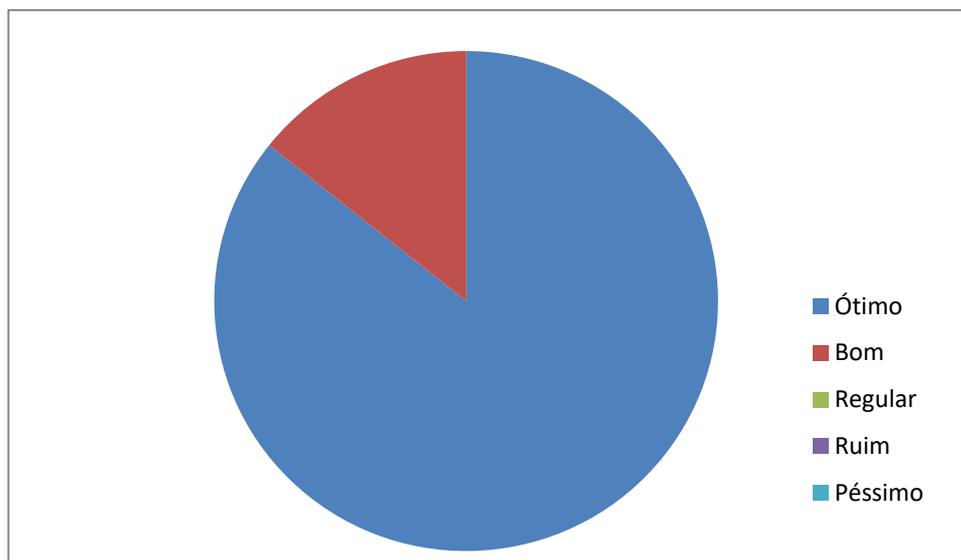
Figura 14 – Intervenção cultural As Rosas da Democracia



Fonte: Equipe RAUE Garcia, 2016.

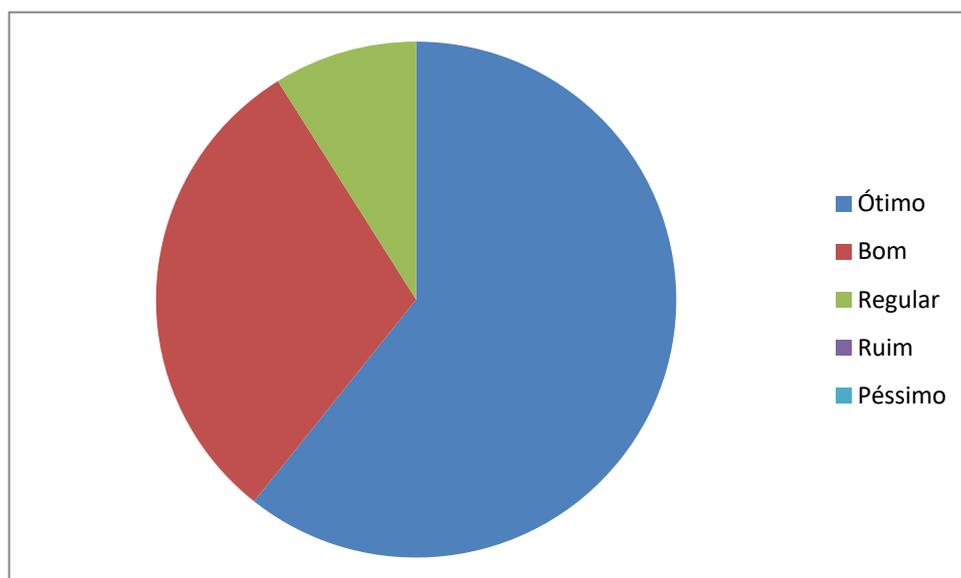
Ao final de cada atividade foi distribuída uma ficha de avaliação (Apêndice C) para que cada participante registrasse impressões, críticas e sugestões em relação à atividade realizada. As atividades contaram com 88 participantes, no total, dos quais 56 responderam a ficha de avaliação. Quanto ao conteúdo (Figura 16) abordado, 85,7% consideraram o conteúdo ótimo e 14,3% consideraram o conteúdo bom. Quanto ao debate (Figura 17), 60,7% consideraram o debate ótimo, 30,3% consideraram o debate bom e 9% consideraram o debate regular. Quanto a metodologia adotada (Figura 18), 62,5% consideraram a metodologia ótima, 33,9% consideraram a metodologia boa e 3,6% consideraram a metodologia regular.

Figura 15 – Gráfico: Avaliação do Conteúdo



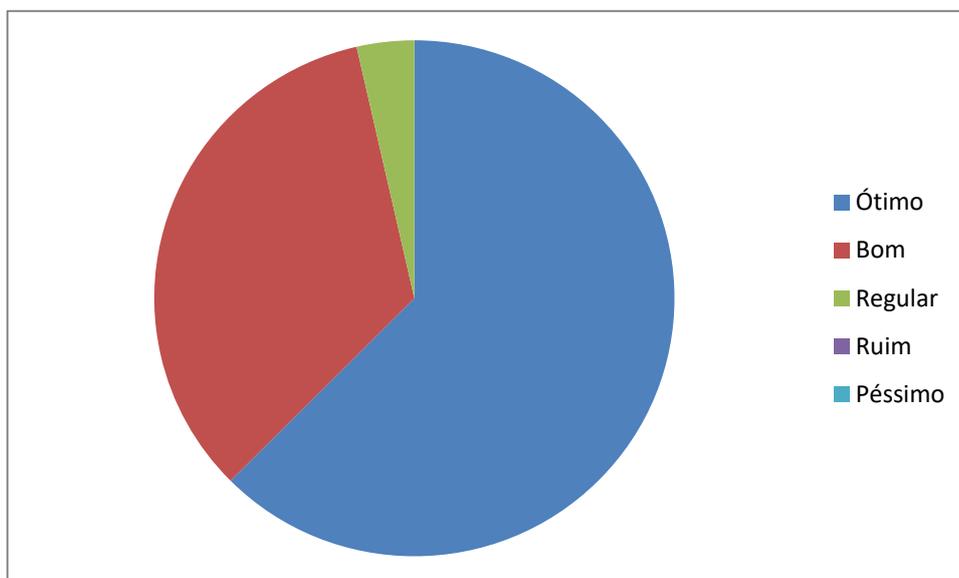
Fonte: RAUE Garcia, 2016.

Figura 16 – Gráfico: Avaliação do Debate



Fonte: RAUE Garcia, 2016.

Figura 17 – Gráfico: Avaliação da Metodologia



Fonte: RAUE Garcia, 2016.

No campo aberto destinado a críticas e sugestões os participantes consideraram as atividades interessantes e educativas; sugeriram a estimulação de mais debates do mesmo caráter, ampliando para mais pessoas; destacaram a importância de discussão sobre política na escola e reforçaram o desejo de continuidade de atividades desse caráter. Os estudantes agradeceram a oportunidade de discussão de temas como: racismo, machismo, preconceito, intolerância religiosa, etc, considerando que devem ser mais discutidos na escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há pelos menos três reflexões importantes, como considerações finais deste processo. A primeira diz respeito ao desafio que a Residência Profissional, pela sua própria constituição e objetivos, se propõe a superar: a formação elitista do arquiteto e urbanista. Segundo Andrey Rosenthal Schlee, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, é preciso formar profissionais preparados para resolver os problemas do Brasil, o que uma *“formação descontextualizada, elitista e moldada nos termos da academia francesa do século 17”* não dá conta, tendo em vista a realidade brasileira, país predominantemente urbano, com enorme quantidade de ocupações informais marcadas pela autoconstrução e falta de infraestrutura urbana.

Nesse sentido considero fundamental pensar a articulação pela via da pesquisa e da extensão, das universidades públicas com as escolas públicas de nível fundamental e médio e com os bairros populares e as ocupações precárias considerando o compromisso social de estar em constante relação e diálogo com a sociedade.

Outra implicação importante, sobretudo na conjuntura política atual, diz respeito ao movimento de ocupação das escolas protagonizado por adolescentes e jovens estudantes secundaristas contra reformas impostas sem diálogo com a comunidade escolar. O que esses estudantes têm reivindicado nada mais é do que o exercício da cidadania, da participação nas decisões políticas, do direito de “reconstruir” as escolas de acordo com um modelo de educação alternativo ao modelo que está posto e que não garante uma formação crítica, reflexiva, propositiva, que estimule os jovens a pensar a sociedade na qual estão inseridos.

Por fim, mas não menos importante, cabe destacar como plano de fundo da discussão proposta a identidade territorial e a importância do seu fortalecimento e das relações de pertencimento e solidariedade, no contexto de globalização, para o exercício da cidadania. Assim, entendendo de acordo com Mondardo (2009, p. 116), que “(...) a identidade territorial é construída discursivamente no e através de um recorte espacial; é uma construção demarcada a partir de um recorte territorial onde se estabelecem relações”, a identidade territorial é construída geográfica e historicamente nas relações sociais.

Cria-se, portanto, uma consciência sócio-espacial de pertencimento; é o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os sentimentos de reconhecimento com indivíduos e/ou grupo social em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Essa consciência identitária não é natural ou essencial, é uma construção simbólica-política e estratégica posicional-discursiva. Constroem-se através de representações espaciais que envolvem, concomitantemente, o domínio funcional-estratégico sobre um demarcado espaço (através de finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (através de afetividades) (MONDARDO, 2009, p. 123).

No entanto, o que ocorre com a modernidade e os processos de globalização como “movimento homogeneizador”, é a alteração da relação tempo-espaço e a ideia de identidade como igualdade (unificada) e não diferença. Nesse sentido, como movimento de oposição a esse processo global de unificação/descharacterização que reside a importância da identidade territorial para fortalecimento do “elo entre espaço, política e cultura”.

Dessa forma, a proposta apresentada dialoga com essas três questões que considero fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, de uma educação de fato emancipatória dos sujeitos e de uma universidade comprometida com o social.

5. PROJETO PROPOSTO, ABORDAGEM CONCEITUAL E PLANEJAMENTO.

5.1. Objetivo Geral

- Estimular a apropriação do território do bairro como espaço de problematização do direito à cidade aprendizagem pelos alunos do Centro Educacional Edgard Santos

5.2. Objetivos específicos

- Promover a discussão sobre o direito à cidade
- Estimular os jovens a se apropriarem das problemáticas do bairro e proporem soluções
- Estimular o resgate do vínculo entre escola e comunidade
- Estimular a construção de uma identidade entre a escola/estudantes e a comunidade

5.3. Justificativa

Esta proposta é desdobramento do trabalho de campo desenvolvido no âmbito da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – curso de especialização em assistência técnica para habitação e Direito à Cidade, que tem por objetivo a elaboração de projetos junto a comunidades, no bairro do Garcia em Salvador-BA, em parceria com o Projeto Faz + e o Centro Educacional Edgard Santos.

Diante do diagnóstico apresentado: evasão escolar, o distanciamento e falta de diálogo e participação da comunidade, violência, entre outros, nota-se a relevância do propósito da proposta apresentada de contribuir para construção de cidades mais democráticas, mais justas através do incentivo à discussão sobre o/a bairro/cidade dentro da escola, tornando-a parte do cotidiano escolar e comunitário.

O reconhecimento da realidade do bairro e do Centro Educacional Edgard Santos trouxe elementos para a elaboração dessa proposta que visa contribuir para a apropriação do território do bairro como espaço de aprendizagem para os estudantes do Centro Educacional Edgard Santos, estimulando os jovens a se apropriarem das demandas do bairro e proporem soluções, contribuindo, nesse sentido, para a discussão e construção do direito à cidade, entendendo o espaço da escola pública como espaço de possibilidades à construção e fortalecimento desse direito.

5.4. Abordagem Conceitual

O direito à cidade foi cunhado por Henri Lefebvre como direito de não exclusão das qualidades e benefícios da vida urbana, a não segregação e participação na formação das cidades. O conceito é trabalhado também pelo geógrafo David Harvey (2014) como o direito de reconstruir as cidades e não apenas de acessar os recursos urbanos, mas a possibilidade de recriar as cidades de forma coletiva.

Para compreender o sentido e significado da reivindicação do direito à cidade, faz-se necessário entender sob que lógica estão sendo estruturadas as nossas cidades e aos interesses de quem elas atendem. Nesse sentido, Harvey (2014, p. 24) elucida,

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção.

Segundo o autor, existe uma relação intrínseca entre o desenvolvimento do capitalismo e os processos de urbanização. O capitalismo se apropria do solo urbano como forma de potencializar a sua acumulação prevalecendo o valor de troca sobre o valor de uso das cidades. De acordo com Limonad (1999, p.72), o significado de urbanização para Lefebvre “seria a condensação de processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção” e para a sobrevivência desse modo de produção seria necessária a produção constante de um espaço social de reprodução de sua lógica, de busca incessante de novos espaços para extração de mais valor. E, portanto, essa lógica produz cidades cada vez mais desiguais, fragmentadas, segregadas e ambientalmente insustentáveis.

Conforme ilustrado por Rolnik:

Esse padrão, regido por um mercado ávido por lucros rápidos e confrontado com um território que sempre pareceu ser uma vastidão sem limites, ditou a lógica de produção do ‘novo’, expandindo os limites da cidade de forma fragmentada e a partir de iniciativas de proprietários de terra e loteadores, ou arrasando e removendo o tecido construído para acolher os outros produtos imobiliários destinados às parcelas ‘solventes’ dos moradores urbanos. E a engenharia urbana mecanicista, que procurou transformar a cidade em máquina de produção e circulação, tratou sua geografia natural – os rios, os vales inundáveis, as encostas – como obstáculo a ser superado, terraplenando, aterrando e caucionando as águas, num desenho que procura minimizar as perdas territoriais para o insaciável mercado de solos (s.d., p. 2).

Dessa forma, pensar o direito à cidade, compreendendo o contexto histórico e social no qual estamos inseridos, diz respeito à reivindicação de uma cidade que atenda aos seus valores de uso: à moradia digna, ao esporte, lazer e cultura, ao direito de ir e vir, ao convívio coletivo, à educação, à saúde e ao meio ambiente saudável, buscando romper com

a lógica segregadora e desigual que estrutura essa forma de sociabilidade, bem como à reivindicação de participação efetiva nos processos decisórios acerca destas questões.

Admitir a possibilidade da relação entre educação e direito à cidade passa pelo entendimento da educação também inserida na lógica de desigualdade que estrutura a sociedade regida pelo capital. Sem compreender o papel que a educação tem nesse processo, enquanto aparelho ideológico do Estado a serviço do capital, cairemos, conforme alerta Saviani (1999, p. 43-44) na “crença ingênua no poder redentor da educação em relação à sociedade”. Assim, é preciso considerar a escola como um espaço de contradições, mas também de possibilidades.

A educação aqui está sendo pensada como uma via possível e fundamental para a construção do direito à cidade, propondo “(...) um projeto de sociedade, pautado no conceito de direito à cidade, que tenha a escola pública como um dos seus centros de formação”, para isso faz-se necessário que a escola pública se torne um espaço democrático constituído de processos e ações que envolvam toda a comunidade. Entender a “escola como lócus da construção do direito à cidade” implica trazer para o ambiente escolar as problemáticas que envolvem as pessoas e o lugar, discutindo e buscando soluções coletivamente. (GIROTTTO, 2006, p. 171).

Nesse sentido, a compreensão do significado da escola pública na periferia pressupõe o entendimento de que, no mundo contemporâneo, a alienação do capital só pode se realizar com a alienação do lugar. É nos homens desenraizados, professores e alunos, que a alienação do lugar pode se reproduzir. E com ela, diminui a possibilidade de realização de uma democracia plena, marcada pelo direito de todos os homens e mulheres pensarem e construírem o lugar em que vivem (GIROTTTO, 2006, p. 171).

Assim, a proposta se insere no contexto da necessidade de transformar as relações entre a escola e o lugar, “buscando construir novas práticas sócioespaciais que visem o bem comum e o diálogo criativo na solução dos problemas”, tornando a escola o espaço multiplicador de ideias e ações de materialização do direito à cidade.

A partir do diagnóstico realizado em conjunto com a comunidade escolar, a proposta síntese do processo de assistência técnica consiste na apropriação do território do bairro e entorno como espaço de problematização do direito à cidade, como elemento pedagógico transversal a todas as disciplinas, onde os alunos exercitem a pesquisa em relação questões referente a diversas temáticas, no bairro, identificando quais os problemas/demandas e discutindo/propondo coletivamente, envolvendo toda a comunidade, soluções aos problemas levantados.

5.5. Metodologia

A proposta metodológica adotada pela Residência e pela equipe durante todo o processo de trabalho de campo esteve baseada na participação comunitária na construção dos projetos, desde o diagnóstico até a construção da proposta. Nesse sentido, a participação foi, e deve ser, elemento transversal em todas as etapas do projeto.

Para a continuidade do projeto será fundamental o diálogo entre o corpo docente e discente da instituição, desde a definição das temáticas a serem trabalhadas pelas turmas até as técnicas de pesquisa adotadas para o alcance dos objetivos. É importante destacar que seja constituída – para que o projeto se concretize como componente pedagógico – uma comissão com representação docente e estudantil para discutir a construção do projeto, bem como possa buscar parcerias e recursos necessários.

O projeto será dividido em duas etapas. A primeira compreende a construção de diagnóstico participativo, apresentação da proposta à comunidade escolar, o mapeamento das parcerias e como viabilizar os recursos necessários.

A segunda etapa corresponde à fase de desenvolvimento do projeto, que compreende as seguintes ações: rodas de conversa sobre o direito à cidade e o entendimento da escola como espaço público comunitário com as turmas envolvidas no projeto e reuniões de acompanhamento do processo de desenvolvimento do projeto com estudantes e professores, que terão periodicidade semanal com duração de duas horas cada encontro. Com atividades de campo e pesquisa, quais sejam:

a) Visita de campo – Os estudantes farão uma visita ao bairro, orientados por um professor, onde devem reconhecer no território a partir da temática analisada. A visita pode ser realizada durante o período da aula ou marcada em turno oposto a depender da disponibilidade da turma e do professor/orientador.

Duração: 2 horas

Produtos: Fotografias e um relatório de visita (descrição dos aspectos observados)

b) Entrevista com moradores – Os estudantes devem construir, orientados por um professor, um questionário/roteiro de entrevista a ser realizado com moradores do bairro afim de investigar a percepção deles sobre a temática abordada. Os moradores podem ser indicados pelos próprios alunos ou abordados aleatoriamente pelas ruas do bairro.

Duração: a duração dependerá da disponibilidade dos moradores

Produtos: Síntese dos dados coletados (tabulação e categorização)

c) Consulta a dados secundários e arquivos disponíveis sobre o bairro – os estudantes deverão buscar informações e dados sobre o bairro tendo como fonte o IBGE e outras instituições de pesquisa, livros, internet, tendo como referencial a temática a ser investigada.

d) Rodas de conversa sobre o Direito à Cidade – exposição dialogada sobre o direito à cidade e a importância da escola como um espaço democrático para a construção desse direito; a importância da construção de uma relação de identidade com o território e a comunidade para tornar o espaço da escola mais democrático.

Duração: 2 horas, semanalmente. (calendário a ser definido)

Recursos: exposição dialogada, apresentação power point, vídeos

e) Reuniões de acompanhamento do projeto – acompanhamento das atividades e ajustes necessários. Participação de todos os atores envolvidos (professores, direção, alunos, Residência, Faz+).

Duração: 1 hora, semanalmente.

f) Exposição dos resultados – síntese das pesquisas e apresentação das propostas de alternativas às demandas encontradas.

Duração: 4 horas, previsão: agosto

g) Intervenções urbanas – realização de pequenas intervenções urbanas para execução das propostas.

Duração: 4 horas, previsão: setembro.

5.6. Metas

- Inserção de conteúdos relativos à realidade local (bairro, cidade) nas atividades do calendário escolar;
- Inserção de discussões com os estudantes sobre o direito à cidade;
- Fortalecimento da relação entre escola-comunidade.

5.7. Indicadores

- Quantidade de estudantes envolvidos no projeto;
- Nível de satisfação dos estudantes participantes;
- Nível de satisfação da comunidade com o projeto;
- Nível de apreensão da ideia do direito à cidade nas propostas de soluções/alternativas apresentadas pelas turmas na síntese do projeto.

5.8. Instrumentos de sistematização e registro

O desenvolvimento das atividades e etapas do projeto será descrito em relatórios de mensais acompanhamento com registros fotográficos.

5.9. Avaliação

A avaliação do projeto será feita através da aplicação de questionários com os estudantes, professores e moradores locais, considerando o alcance das metas e resultados e as sugestões e propostas de ajuste para as futuras edições do projeto.

5.10. Cronograma previsto

Atividade	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Etapa 01												
Divulgação	X	X										
Constituição dos grupos de trabalho e definição das temáticas		X										
Realização das Rodas de Conversa sobre Direito à Cidade			X	X	X							
Realização das visitas de campo				X	X	X	X					
Realização de entrevistas com moradores					X	X	X					
Consulta a dados secundários sobre o bairro					X	X	X					
Etapa 02												
Apresentação dos resultados e propostas								X				
Intervenção Social – execução das propostas*									X	X	X	
Ações Permanentes												
Reuniões de acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Planejamento das atividades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

*execução das propostas desenvolvidas durante o projeto.

5.11. Equipe Técnica e Orçamento previsto

5.11.1. Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica por hora/serviço

01. Assistente social com carga horária de 30 horas semanais para desenvolver atividades de coordenação, planejamento, supervisão e execução das atividades.
02. Auxiliar administrativo de nível médio completo ou em curso, com carga horária de 20 horas semanais para elaborar documentos, providenciar materiais necessários para as atividades executar as atividades, coletar e sistematizar dados etc.
03. Arquiteto e Urbanista com experiência em intervenções urbanas com uso de materiais alternativos e de fácil acesso para orientar os grupos na escolha de alternativas viáveis para as demandas identificadas com carga horária de 30 horas semanais.

RECURSOS HUMANOS			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Assistente Social - Coordenador	1.080 horas	176,00	190.080,00
Auxiliar Administrativo	540 horas	5,50	2.970,00
Arquiteto e Urbanista	540 horas	176,00	95.040,00
SUBTOTAL			288.090,00

5.11.2. Gastos com recursos materiais

RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL PERMANENTE			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Projetor	1	Parceria	Parceria
Cadeiras	50	Parceria	Parceria
Impressora	1	Parceria	Parceria
Computador	1	Parceria	Parceria
MATERIAL DE CONSUMO			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Papel A4	4 resmas	15,90	63,30
Pincel para quadro branco	1 jogo	29,90	29,90
Canetas esferográficas	2 cx	29,20	58,40
Pastas sanfonadas de arquivo	4 unidades	23,30	93,20
SUBTOTAL			244,80
INFRAESTRUTURA			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Sala para reuniões	2	Parceria	Parceria
VALOR TOTAL			288.334,80

É importante destacar que o detalhamento orçamentário dos itens dessa planilha será realizado oportunamente, com base nos preços reais do momento em que as decisões sobre a fonte financiadora forem consolidadas, pois, se a instituição ou instituições parceiras assumirem a execução, muitos dos recursos a serem utilizados podem ser disponibilizados sem custos.

5.12. Viabilidade institucional, econômica e financeira.

O Programa Educar para Transformar, lançado pelo governo do estado da Bahia no ano de 2015 prevê como eixos estruturantes a integração família-escola e a parceria entre universidades, empresas e organizações sociais para, dentre outros objetivos, reduzir a reprovação e o abandono e minimizar os fatores determinantes da baixa escolaridade. Nesse sentido a proposta apresentada pode ser viabilizada no âmbito do referido programa, considerando a simetria entre os objetivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, 2003. 428p.

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. Col. Educação Popular, n. 10. Ed. Loyola. 1989.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/>>. Acesso em 17/01/2016.

FREITAS, Alan F. de; FREITAS, Alair F. de; DIAS, Marcelo M. **O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária**. In: Em Extensão, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 69-81, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20780/11882>>. Acesso em 24 set. 2016.

GATTI, Simone. Espaços Públicos. **Diagnóstico e metodologia de projeto -Coordenação do Programa Soluções para Cidades**. São Paulo, ABCP, 2013. 91 p, disponível em <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>, acesso em 15/01/2016.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Do direito à educação ao direito à cidade: limites e possibilidades no interior da escola pública**. Simpósio Nacional de Educação. XXI Semana de Pedagogia: Infância, Sociedade e Educação. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

GORDILHO-SOUZA, A. M..**Limites do Habitar - Segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no século XX**. 1a.. ed. Salvador-Ba: Edufba, 2000. v. 1. 451p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- IBGE. **Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. 2000.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**. 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo, SP: Moraes, 1991. p. 3-35
- LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. GEOgraphia, ano 1, n. 1, 1999.
- MATTOS, Carlos A. C. de et al. **Estratégias de planejamento a partir do diagnóstico rápido participativo e da análise SOWT: um estudo na comunidade de São Bento, Salinópolis – PA**. VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2010. Disponível em <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_815.pdf >. Acesso em 24 set. 2016.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização**. In.: Geo UERJ. ano 11, v.2, n.19, 1º semestre de 2009. p. 111-137.
- MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- Revista AU. **Qual o nível do ensino de arquitetura no Brasil? A estrutura curricular deve ser revista? Quais os pontos que deveriam ser mais fortes?** <http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/202/artigo206884-1.aspx#.WDSumFDH-Tw.email>, acesso em 20/10/2016.
- ROLNIK, Raquel. **A lógica da desordem**. [s.d.]
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Luan. **Programa de combate à evasão escolar é lançado em Salvador** <http://atarde.uol.com.br/educacao/noticias/1694926-programa-de-combate-a-evasao-escolar-e-lancado-em-salvador#sthash.vyAwZB2b.dpuf>, acesso em 17/01/2016.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32. ed. Campinas, SP, 1999.

UOL. **Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud.**
<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>, acesso em 17/01/2016.

APÊNDICE A - SÍNTESE DOS “BIOMAPAS” – OFICINA REALIDADE X SONHOS

Realidade: Posto de saúde Clementino Fraga com estrutura precária e acesso inadequado.
Sonho: Reforma das escadarias e melhoria das condições de atendimento e trabalho.

Realidade: Praça Marquês de Olinda é circundada por bares, lixo e uma edificação abandonada onde antes era a escola.
Sonho: Criar um espaço de lazer, uma rede de economia local e um centro cultural. Além de promover a coleta seletiva

Realidade: Av. Prediliano Pita com estacionamento irregular que dificulta o trânsito.
Sonho: Organização do trânsito, instalação sinalização e fiscalização efetiva.

Realidade: O Centro Educ. Edgard Santos está quase fechando as portas. A escola que antes era referência no bairro, passa por sérias dificuldades.
Sonho: Criar projetos adequados para estimular os alunos e os professores.

Realidade: Praça Lord Cochrane considerada um ponto de tráfico de drogas, com muitos relatos de assaltos e outros incidentes.
Sonho: Criar uma praça que seja voltada para atividades esportivas.



LEGENDA

- Garcia
- Entorno do Garcia
- Bares
- Escolas
- Áreas pública/vazios
- Escadarias
- Pontos de ônibus
- Posto de Saúde
- Av. Prediliano Pita

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO
E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

QUESTIONÁRIO

Público-alvo: Corpo docente do Centro Educacional Edgard Santos

Objetivo: Compreender a percepção dos professores acerca da realidade da instituição e sobre o cotidiano escolar e a relação com a comunidade. Instrumento de coleta de dados que irão compor diagnóstico sobre o contexto escolar no bairro a partir da instituição em questão, como escola pública de referência no território.

1. Como você avalia a abordagem de conteúdos relativos à realidade local (comunidade e entorno) na escola?
 - Inexistente
 - Insatisfatória
 - Satisfatória
 - Muito satisfatória
2. A escola propõe atividades para a participação da comunidade na escola? Com que frequência?
 - Sim
 - Raramente (1-2 vezes por ano)
 - Esporadicamente (3-4 vezes por ano)
 - Frequentemente (mensalmente)
 - Muito frequentemente (semanalmente)
 - Não
3. Como você avalia a participação da comunidade nas atividades propostas pela escola?
 - Inexistente
 - Insatisfatória
 - Satisfatória

- Muito satisfatória
4. Como você avalia o grau de satisfação dos estudantes em relação à escola?
- Muito insatisfeito
 - Insatisfeito
 - Satisfeito
 - Muito satisfeito
5. Qual o seu grau de satisfação em relação à escola?
- Muito insatisfeito
 - Insatisfeito
 - Satisfeito
 - Muito satisfeito
6. Como você avalia a infraestrutura (equipamentos, laboratórios, biblioteca, espaços para atividade física) da escola?
- Muito ruim
 - Ruim
 - Regular
 - Boa
 - Ótima
7. Como você avalia a violência dentro da escola?
- Inexistente
 - Pouco frequente
 - Frequente
 - Muito frequente
8. Como você avalia a presença da violência no bairro e a influência no ambiente escolar?
- O bairro não é violento.
 - O bairro é violento mas não influencia o ambiente escolar
 - O bairro é violento e essa violência influencia o ambiente escolar

APÊNDICE C - FICHA DE AVALIAÇÃO

AVALIE A ATIVIDADE

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
CONTEÚDO					
CLAREZA NA APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO					
DEBATE					
METODOLOGIA					
DURAÇÃO					

DEIXE SUAS CRÍTICAS/OPINIÕES/SUGESTÕES

APÊNDICE D - TERMO DE REFERENCIA PARA VIABILIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROJETO-PILOTO “A ESCOLA COMO LÓCUS DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE”

1. OBJETIVOS

O presente termo de referência tem como objetivo viabilizar a execução do projeto-piloto “A escola como lócus de construção do Direito à Cidade”. O público-alvo são os estudantes do Centro Educacional Edgard Santos e a comunidade do bairro Fazenda Garcia no centro da cidade de Salvador.

Esta proposta é desdobramento do trabalho de campo desenvolvido no âmbito da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – curso de especialização em assistência técnica para habitação e Direito à Cidade, que tem por objetivo a elaboração de projetos junto a comunidades, no bairro da Fazenda Garcia em Salvador-BA, em parceria com o Projeto Faz + e o Centro Educacional Edgard Santos.

Diante do diagnóstico apresentado: evasão escolar, o distanciamento e falta de diálogo e participação da comunidade, violência, entre outros, nota-se a relevância do propósito da proposta apresentada de contribuir para construção de cidades mais democráticas, mais justas através do incentivo à discussão sobre o/a bairro/cidade dentro da escola, tornando-a parte do cotidiano escolar e comunitário.

O objetivo do projeto é estimular a apropriação do território do bairro como espaço de problematização do direito à cidade pelos alunos do Centro Educacional Edgard Santos. Além disso, estimular os jovens a se apropriarem das problemáticas do bairro e proporem soluções, estimular o resgate do vínculo entre escola e comunidade, estimular a construção de uma identidade entre a escola/estudantes e a comunidade.

2. JUSTIFICATIVA

O Programa Educar para Transformar, lançado pelo governo do estado da Bahia no ano de 2015 prevê como eixos estruturantes a integração família-escola e a parceria entre universidades, empresas e organizações sociais para, dentre outros objetivos, reduzir a reprovação e o abandono e minimizar os fatores determinantes da baixa escolaridade.

O reconhecimento da realidade do bairro e do Centro Educacional Edgard Santos trouxe elementos para a elaboração dessa proposta que visa contribuir para a apropriação do território do bairro como espaço de aprendizagem para os estudantes do Centro

Educacional Edgard Santos, estimulando os jovens a se apropriarem das demandas do bairro e proporem soluções, contribuindo, nesse sentido, para a discussão e construção do direito à cidade, entendendo o espaço da escola pública como espaço de possibilidades à construção e fortalecimento desse direito.

3. CARACTERIZAÇÃO

Com área de 0,37 km², localizado na área central de Salvador, região administrativa I – Centro (IBGE, 2000), o bairro do Garcia é espacialmente formado por um morro margeado por importantes avenidas – Av. Vasco da Gama ao norte, Av. Anita Garibaldi ao leste, Av. Centenário no oeste e ao sul Av. Reitor Miguel Calmon. Possui em torno de 15 mil habitantes (IBGE, 2010). Ainda de acordo com dados do IBGE do ano 2000, o Garcia possui uma considerável desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini (0,55). No que se refere às condições de habitação, de forma geral, o bairro possui condições razoáveis de cobertura de água encanada, luz elétrica e coleta de lixo.

O Centro Educacional Edgard Santos, escola estadual, instituição de educação de referência no bairro para os moradores locais e do entorno vive um momento crítico que diz respeito à situação da educação pública no país: isolamento em relação à comunidade, evasão escolar, infraestrutura precária, descrédito, violência, baixa autoestima, etc.

Segundo dados da instituição, no ano de 2014 houve abandono escolar de 214, já em 2015 foram 165 alunos, apesar de ter decrescido de um ano para o outro o número ainda é preocupante. Algumas questões apontadas pelos alunos durante as oficinas de diagnóstico participativo podem explicar os motivos desse abandono. A escola tem sido pouco atrativa para os jovens, a falta de propostas que se aproximem e dialoguem com o contexto dos jovens – cultura, esporte, lazer, tecnologias, é um elemento que tem favorecida a perda do interesse pela escola.

Além disso, o ambiente escolar reproduz contradições presentes na teia de relações sociais, especialmente questões de ordem socioeconômica considerando a realidade da escola pública no país, que estão na raiz do problema da evasão escolar e da violência nas escolas. De acordo com Martins (2007), o processo de redemocratização mudou o perfil do aluno/família da escola pública, agora caracterizado por segmentos da classe social mais empobrecida, com necessidades concretas de sobrevivência relativas à alimentação, habitação, saúde, transporte, além dos problemas relativos às drogas e à violência, da precariedade que caracteriza as condições de vida desse segmento da população e “a perda do atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica” (MARTINS, 2007, p.190).

4. METODOLOGIA

O projeto será dividido em pelo menos três etapas. A primeira compreende a apresentação do diagnóstico e da proposta à comunidade escolar, o mapeamento das parcerias e como viabilizar os recursos necessários.

A segunda etapa corresponde à fase de desenvolvimento do projeto, que compreende as seguintes ações: rodas de conversa sobre o direito à cidade e o entendimento da escola como espaço público comunitário com as turmas envolvidas no projeto e reuniões de acompanhamento do processo de desenvolvimento do projeto com estudantes e professores, que terão periodicidade semanal com duração de duas horas cada encontro.

A terceira etapa corresponde às atividades de campo e pesquisa, quais sejam:

a) Visita de campo – Os estudantes farão uma visita ao bairro, orientados por um professor, onde devem reconhecer no território a partir da temática analisada. A visita pode ser realizada durante o período da aula ou marcada em turno oposto a depender da disponibilidade da turma e do professor/orientador.

Duração: 2 horas

Produtos: Fotografias e um relatório de visita (descrição dos aspectos observados)

b) Entrevista com moradores – Os estudantes devem construir, orientados por um professor, um questionário/roteiro de entrevista a ser realizado com moradores do bairro afim de investigar a percepção deles sobre a temática abordada. Os moradores podem ser indicados pelos próprios alunos ou abordados aleatoriamente pelas ruas do bairro.

Duração: a duração dependerá da disponibilidade dos moradores

Produtos: Síntese dos dados coletados (tabulação e categorização)

c) Consulta a dados secundários e arquivos disponíveis sobre o bairro – os estudantes deverão buscar informações e dados sobre o bairro tendo como fonte o IBGE e outras instituições de pesquisa, livros, internet, tendo como referencial a temática a ser investigada.

d) Rodas de conversa sobre o Direito à Cidade – exposição dialogada sobre o direito à cidade e a importância da escola como um espaço democrático para a construção desse direito; a importância da construção de uma relação de identidade com o território e a comunidade para tornar o espaço da escola mais democrático.

Duração: 2 horas, semanalmente. (calendário a ser definido)

Recursos: exposição dialogada, apresentação power point, vídeos

e) Reuniões de acompanhamento do projeto – acompanhamento das atividades e ajustes necessários. Participação de todos os atores envolvidos (professores, direção, alunos, Residência, Faz+).

Duração: 1 hora, semanalmente.

f) Exposição dos resultados – síntese das pesquisas e apresentação das propostas de alternativas às demandas encontradas.

Duração: 4 horas, previsão: agosto

g) Intervenções urbanas – realização de pequenas intervenções urbanas para execução das propostas.

Duração: 4 horas, previsão: setembro.

Importante observar que a proposta em questão pode ser desenvolvida em outras instituições desde que seja realizado o diagnóstico de forma participativa de modo a considerar as particularidades e demandas de cada realidade.

4.1. Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica por hora/serviço

04. Assistente social com carga horária de 30 horas semanais para desenvolver atividades de coordenação, planejamento, supervisão e execução das atividades.
05. Auxiliar administrativo de nível médio completo ou em curso, com carga horária de 20 horas semanais para elaborar documentos, providenciar materiais necessários para as atividades executar as atividades, coletar e sistematizar dados etc.
06. Arquiteto e Urbanista com experiência em intervenções urbanas com uso de materiais alternativos e de fácil acesso para orientar os grupos na escolha de alternativas viáveis para as demandas identificadas com carga horária de 30 horas semanais, no período de abril a setembro.

4.2. Produtos básicos

- Relatórios Parciais/de Monitoramento: os relatórios deverão ser apresentados ao financiador juntamente com os documentos que comprovam a realização das atividades (fotos, atas, listas de presença e produtos relacionados às atividades socioeducativas – cartilhas, folders, etc).
- Relatório Final: o relatório final será o último produto a ser entregue juntamente com a avaliação final de impactos e resultados e o parecer técnico da equipe relacionado aos trabalhos realizados.

5. METAS

- Inserção de conteúdos relativos à realidade local (bairro, cidade) nas atividades do calendário escolar;
- Inserção de discussões com os estudantes sobre o direito à cidade;
- Fortalecimento da relação entre escola-comunidade.

6. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

O desenvolvimento das atividades e etapas do projeto será acompanhado através de relatórios de acompanhamento e registros fotográficos.

A avaliação do projeto será feita através da aplicação de questionários com os estudantes, professores e moradores locais, considerando o alcance das metas e resultados e as sugestões e propostas de ajuste para as futuras edições do projeto, considerando os seguintes indicadores:

- Quantidade de estudantes envolvidos no projeto;
- Nível de satisfação dos estudantes participantes;
- Nível de satisfação da comunidade com o projeto;
- Nível de apreensão da ideia do direito à cidade nas propostas de soluções/alternativas apresentadas pelas turmas na síntese do projeto.

7. CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Etapas 01												
Divulgação	X	X										
Constituição dos grupos de trabalho e definição das temáticas		X										
Realização das Rodas de Conversa sobre Direito à Cidade			X	X	X							
Realização das visitas de campo				X	X	X	X					
Realização de entrevistas com moradores					X	X	X					
Consulta a dados secundários sobre o bairro					X	X	X					
Etapas 02												
Apresentação dos resultados e propostas								X				
Intervenção Social – execução das propostas*									X	X	X	
Ações Permanentes												

Reuniões de acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Planejamento das atividades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

*execução das propostas desenvolvidas durante o projeto.

8. ORÇAMENTO

RECURSOS HUMANOS			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Assistente Social - Coordenador	1.080 horas	176,00	190.080,00
Auxiliar Administrativo	540 horas	5,50	2.970,00
Arquiteto e Urbanista	540 horas	176,00	95.040,00
SUBTOTAL			288.090,00

RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL PERMANENTE			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Projetor	1	Parceria	Parceria
Cadeiras	50	Parceria	Parceria
Impressora	1	Parceria	Parceria
Computador	1	Parceria	Parceria
MATERIAL DE CONSUMO			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Papel A4	4 resmas	15,90	63,30
Pincel para quadro branco	1 jogo	29,90	29,90
Canetas esferográficas	2 cx	29,20	58,40
Pastas sanfonadas de arquivo	4 unidades	23,30	93,20
SUBTOTAL			244,80
INFRAESTRUTURA			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Sala para reuniões	2	Parceria	Parceria
VALOR TOTAL			288.334,80

REFERÊNCIAS

IBGE. **Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**. 2010.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.